ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2007

Aos dezessete dias do mês de agosto de dois mil e sete, à 10:50 horas, na sala Lima Barreto – Centro Cultural São Paulo, nesta Capital, realizou-se a 5ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Urbana –CMPU, sob a presidência do Dr. Manuelito Pereira Magalhães Junior, Secretário Municipal de Planejamento e Presidente do CMPU, contando com a presença dos membros relacionados no final desta ata.

FITA 1 - LADO A

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR - SEC. MUN. PLANEJAMENTO: Bom dia a todos e a todas. Inicialmente eu quero registrar o agradecimento pela presença de todos. Declaro aberta a 5ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Política Urbana.

Como nós estamos naquele período que o nosso Regimento permite começar sem ainda o quorum de 50% mais um, eu vou hoje, como foi informado aos senhores, programamos até em função das demandas que recebemos nas Audiências Públicas realizadas na semana passada, uma apresentação da Secretaria do Verde a respeito das alterações na política ambiental previstas no nosso Plano Diretor Estratégico. As mudanças que estão sendo realizadas e, após a apresentação, a gente abre para o debate com os apresentadores.

Eu queria convidar o Dr. Hélio Neves a tomar assento à Mesa. Na Secretaria do Verde e Meio Ambiente, a Dra. Alejandra. Vai fazer apresentação? Dr. Hélio? Dr. Hélio, o senhor, por favor...

Dr. Luis Carlos, eu pediria um pouco de paciência ao senhor. Quando nós tivermos o quorum, a gente retoma a reunião do começo. Mas, nesse momento, eu acho que era mais producente se nós fazermos a apresentação, porque exatamente estamos naquele período em que ainda não tem os 50%, mas o Regimento ainda permite que nós comecemos com o que estava previsto. Eu lhe pediria um pouco de paciência, eu lhe passaria a palavra posteriormente. Por favor, Dr. Hélio.

CONSELHEIRO HÉLIO NEVES: Bom dia a todos.

Agradeço em nome do Secretário a oportunidade de conversar com vocês sobre as questões de meio ambiente e o plano. A idéia é que a gente fale um pouco sobre como é que tem sido a experiência de aplicação do plano nesse período que a gente está vivendo, desde a aprovação do plano até aqui e discutir as modificações que a gente está propondo. Claro que com o tempo que a gente tem, não vai ser possível entrar em todos os detalhamentos que estão pensados para a revisão do plano, mas a idéia é a gente centrar a discussão nos aspectos mais significativos da proposta de modificação.

Em primeiro lugar, quer dizer, falar um pouquinho do centro da nossa preocupação, nas propostas de revisão do plano. Têm três eixos principais que preocupam na Secretaria do Meio Ambiente no que diz respeito à eventual mudança no plano, quer dizer, a primeira é que no momento em que o plano anterior, em vigor, foi aprovado, as preocupações com relação à questão do aquecimento global e mudanças climáticas não eram assuntos que estiveram muito firmes na pauta de discussão, tanto no plano global, quanto no Brasil e, em São Paulo em particular, e hoje esse é um assunto extremamente importante. Cada vez mais importante, e que ao pensar, o modo como a cidade deve se organizar, evidentemente nós temos que levar em conta cada vez mais às questões relativas às mudanças climáticas e os gases de efeitos estufas, porque também eles têm um impacto importante na cidade e também porque a cidade tem que pensar como ela contribui de maneira significativa para a humanização das mudanças climáticas.

Uma outra questão é a recuperação dos cursos d'água na cidade, em que o plano em vigor contempla de maneira bastante importante à questão dos parques lineares, mas pensando na perspectiva mais de urbanização do que ambiental, que a gente discuta essa

questão toda. E, dentro dessa perspectiva, tem a questão de como a gente, a cidade valora as áreas que são protegidas e preservadas, valora ou deixa de valorar e que devem ser contempladas nesta revisão do plano.

No que diz respeito à questão do aquecimento global, o modo como a cidade está organizada, tem levado a uma situação em que o consumo de energia que a cidade produz, gasta, o gasto de energia que a cidade tem era decorrência desse modo como a cidade é organizada, tem levado a uma situação em que o uso de energia é extremamente elevado, podendo ser repensado e aqui, esse aqui é um dos dados do inventário de produção de gás de efeito estufa na cidade, e que mostra que a energia, a produção de energia, o uso de energia é o principal elemento de produção de gás de efeito estufa na cidade de São Paulo, seguido por resíduos. Sendo que a energia fica com mais de 75% das emissões que a cidade produz de gás de efeito estufa.

E quando a gente fala de energia, esse outro gráfico mostra de maneira bastante interessante que a parte muito substantiva da energia consumida na cidade se deve ao uso de combustíveis fósseis, sendo que o consumo de energia elétrica corresponde à cerca de 15% de todo o consumo de energia da cidade. E o consumo é bastante importante e como todos sabem, tem uma importância muito grande do ponto de vista do aquecimento global.

E no uso de combustíveis, porque a gasolina automotiva e o óleo diesel são de nível mais importantes, representando cerca de 70% de todo o consumo de energia e isso evidentemente, é decorrência do modo como se organiza a cidade, a distribuição das pessoas na cidade e a necessidade de transporte a largas distâncias e de grande quantidade de pessoas o tempo todo.

Em termos de como pensar o plano, o desenvolvimento da cidade, quer dizer, esse texto em preto é como está no plano atualmente, implantar o programa de controle de emissão de gases veiculares e eu vou falar um pouquinho daqui a pouco, como a gente vem conduzindo isso, mas entendemos que precisaria avançar na discussão.

Nesse sentido que a gente está falando até aqui, pensando que o plano precisa avançar nos mecanismos de controle, de empreendimentos e atividades que contribuem de maneira significativa para aquecimento global, para a emissão de gases de efeito estufa e que isso deve ser pensado nesse âmbito da organização da atividade com vista à redução da emissão de gás.

E também pensar no âmbito do plano, como é que a cidade pode contribuir no seu desenvolvimento, seja econômico, seja de organização, centrado, a partir da preocupação e dos dados e das informações geradas pelos inventários de emissões de gases de efeito estufa para que a gente consiga trazer esses benefícios e investimentos novos ao município.

Na revisão, quer dizer, em primeiro lugar quando se fala de controle de emissão pela frota automotiva da cidade, já tem um conjunto de ações que vem sendo desenvolvidas, quer dizer, no que diz respeito à inspeção de veículos na cidade, a Secretaria já vem desenvolvendo um conjunto de inspeções da frota, tanto da frota própria de concessionárias e permissionárias quanto está desenvolvendo iniciativas para que se inicie a inspeção da frota geral da cidade, tanto de veículos automotivos de transporte coletivo, quanto da frota de veículos particulares e, isso, através da implementação do contrato que é um contrato já antigo e que está em vias de início de implementação das inspeções, com vistas a primeiro obter o nível da qualidade do ar para efeito imediato, intenção de [inaudível] da população da cidade. E segundo, porque também essa inspeção pode contribuir de maneira importante para a redução da emissão de gases de efeito estufa a medida em que você melhore a qualidade da frota que circula na cidade.

E um outro aspecto que é bastante importante é que está em andamento um programa de renovação da frota de veículos coletivos na cidade, substituição essa que visa ao uso progressivo de veículos com melhor eficiência energética, com menor emissão de gás de efeito estufa, menor poluição do ar da cidade e isso deve acontecer até o ano que vem uma renovação bastante significativa da frota.

A inspeção da frota de ônibus fretados da cidade, que é outro aspecto que também está em andamento, os ônibus fretados são aqueles que não são do transporte coletivo normal da cidade, são fretados por empresas, por pessoas, por grupos de pessoas que também contribuem de maneira importante para a poluição da cidade e essa frota teve início de inspeção neste ano, até junho foram inspecionados 718, sendo que 62 estavam muito ruins, quer dizer, uma grande parte deles ainda está ruim, cerca de 20%, e estão em processo de ajuste para que sejam submetidos à nova inspeção para serem aprovados ou não. Não sendo aprovados, devem ser retirados de circulação ou serem submetidos a novos ajustes para que se adaptem à legislação.

E da frota de transporte público, houve essa inspeção que já acontece sistematicamente desde 2005 ter indicado que cerca de 10% são reprovados e são submetidos a ajustes e adequações para que eles se enquadrem nas normas ambientais.

A inspeção veicular universal, essa que está prevista para o contrato realizado desde 1995 e que vai ser iniciada agora em 2008, está prevista a inspeção de toda a frota progressivamente. Em 2008 não começa com a frota inteira, deve começar com a frota diesel, provavelmente, e uma parte da frota OTTO, que é o ciclo OTTO da gasolina e álcool. E esperamos que com isso a gente reduza substancialmente a poluição do ar da cidade e também reduzamos a emissão de gás de efeito estufa.

Mais algumas ações que a gente vem desenvolvendo no sentido de melhorar a performance da cidade no que diz respeito à poluição do ar e emissão de gases de efeito estufa. Uma delas acabou de ser firmado um convênio entre as Secretarias de Meio Ambiente, Transportes, com apoio da Petrobrás e uma empresa de ônibus, o uso de biocombustível na perspectiva de substituição de combustíveis fósseis, por combustíveis renováveis para reduzir essencialmente a emissão de gás de efeito estufa.

E uma portaria da Secretaria do Meio Ambiente emitida em 2006, que começa a valer em julho de 2008, que determina que na cidade não se poderá comercializar óleo diesel com mais do que 50 PPMs de enxofre que é um aspecto muito importante do ponto de vista da poluição do ar e que é extremamente importante também, por quê? Essa frota que está sendo renovada não terá eficiência máxima se a gente tiver esse óleo diesel que é fornecido hoje, o óleo diesel metropolitano com 500 PPMs de enxofre. Essa é uma outra iniciativa que é importante de ser observada, porque sem ela não adianta renovar a frota, porque não vai ter o impacto desejado. E a partir de 2007, 2010, a proposta é que reduza a 15 PPMs de enxofre, atingindo os níveis que são usados na Europa atualmente.

A renovação da frota que está em andamento, à perspectiva é que até 2008 seja renovada uma grande parte da frota, com redução importante da emissão de poluentes e de gases de efeito estufa.

Um outro aspecto bastante importante é a questão do transporte, do uso do transporte por Trólebus e que tem uma série de dificuldades, para que a gente consiga manter e ampliar a rede de Trólebus na cidade, uma delas, a mais importante, é o custo da tarifa de energia que a legislação nacional e a ANEEL considera que todos os tipos de consumo têm que ser taxados da mesma maneira. E o transporte coletivo paga tão caro, quanto uma residência para usar a energia nos horários de picos.

Isso torna bastante caro o consumo de energia nos horários que mais gente precisa do sistema de ônibus e essa é uma discussão que vem acontecendo de maneira ainda pouco intensa, mas que precisa se intensificar para que a gente consiga, ter uma mudança de legislação e mudança de modo como a Agência Nacional de Energia lida com o assunto para que a gente possa potencializar o uso de meio de transporte menos poluente e com o uso de energia elétrica. Esse é um gráfico que mostra a evolução do tamanho da frota de ônibus, de Trólebus da cidade que vem reduzindo nos últimos anos e que esperamos que haja uma reversão especialmente, a partir, da possibilidade de mudar esse enfoque do consumo de energia elétrica, do custo de energia elétrica para o transporte coletivo.

Duas outras iniciativas importantes do ponto de vista dessas questões da emissão de gases de efeito estufa é a extração de gás nos aterros de São Paulo, em Bandeirantes e no

São João, como todos sabem, tem a imprensa vem noticiando já há vários anos, os Bandeirantes vem extraindo gás metano e queimando para produzir energia e colocar na energia elétrica, produzir energia e pôr na rede elétrica de um ano para cá, um ano e pouquinho. Extraindo gás e queimando para efeitos de redução de emissão de gases de efeito estufa desde 2003. Isso tem uma contribuição extremamente importante do ponto de vista do que a cidade produz de gás de efeito estufa. Com a redução de cerca de 20% de tudo o que a cidade emite.

Isso aqui é uma fotografia do Aterro Bandeirantes, o São João é de tamanho parecido com esse e fica na Zona Leste. Esse aqui fica à beira da estrada dos Bandeirantes.

O outro elemento que eu informei anteriormente, que é a questão da recuperação dos cursos de água e fundos de vale, é uma mudança de perspectiva de como a cidade lida com a questão dos cursos d'água. Tradicionalmente a cidade usou os cursos d'água primeiro para lançamento de esgoto, segundo, à medida que os córregos vão ficando mais poluídos e indesejáveis na vizinhança, canalizando e tampando, e fazendo avenidas de fundo de vale.

O que se propõe, nessa perspectiva de revisão do plano, é que a gente pense que os cursos d'água devem ser observados e tidos no plano tanto na perspectiva da urbanização, evidentemente que é parte disso, mas que eles sejam tidos muito mais na perspectiva de recursos ambientais do que na perspectiva de espaço para urbanização.

Essa questão da redefinição dos parques lineares para uma função ambiental, é uma mudança de chave de pensamento de como lidar com a questão dos cursos d'água na cidade e que a gente entende que deve ser observado.

A incorporação dos conceitos de planície aluvial dos córregos, dos cursos d'água na cidade, a ocupação que a gente faz irracional, tradicional, antiga, de maneira descoordenada e, muitas vezes, desordenada e ilegal, inclusive, das margens dos córregos, é o que precisa ser revisto. Na verdade para que a gente tenha as planícies aluviais como áreas de preservação e não como áreas em que a gente ocupe e, depois, tem que resolver com sistemas complexos e casos de drenagem, porque a população acaba ocupando e a gente tem que ir atrás e resolver as questões de infra-estrutura para essas regiões.

Dê pensar que nas macrozonas de situação e qualificação urbana se adote a idéia de que área de produção permanente deve ser de 15 metros e nas áreas de macrozonas de produção ambiental com as APP de 30 metros com espaço de preservação extremamente nítido e bem definido para que a gente consiga, ao longo do tempo, manter essas áreas como preservadas de fato.

Aqui é apenas uma ilustração de como se poderia pensar um Parque Linear. Quer dizer, quando o espaço. E essa é uma questão que a gente vem buscando trabalhar, em uma cidade como São Paulo, carentes de tudo, inclusive, de áreas de lazer, inclusive, de áreas verdes, inclusive, de áreas urbanizadas, a gente vem trabalhando a perspectiva que o Parque Linear não é apenas um espaço intocável de recurso natural, quer dizer, tem que ser também uma área em que a população se aproprie do ponto de vista de espaço de lazer, de contemplação sob pena de não entender a necessidade da sua proteção e preservação.

Ou a gente pensa o que Parque Linear é um lugar em que a população vai poder se utilizar daquilo para caminhada, para andar de bicicleta, para ter um playground, um campinho de futebol e o que for possível, ou nós vamos ter de fato uma situação que nós vamos ter uma eterna disputa de uso ou desuso, como é, tem sido tradicional na cidade, uso mal resolvido desses espaços, especialmente como pontos de viciados e lançamento de entulho e outras finalidades mais e que a gente tem que pensar se os parques lineares nessa perspectiva de espaço de proteção e preservação, alguns com espaço de proteção e preservação muito importantes e outros com espaços de lazer e áreas de visitação também bastante importantes.

Aqui é uma lista dos parques lineares que estão sendo planejados, projetados em andamento pela Secretaria, em conjunto com as Subprefeituras e em conjunto com as outras Secretarias.

O plano em vigência definiu cerca de 140 parques lineares com modalidades, muitas vezes, confusas, às vezes, porque a definição não ficou bem resolvida em algumas das regiões e se propõe que nesse novo plano a gente tenha um ajuste desses entendimentos do que vem a ser os parques lineares, mas esse aqui é uma lista dos parques que nós estamos nesse momento trabalhando em diversas fases de processo de implantação.

Essa primeira lista aqui de cima, Ipiranguinha, Sapé e Invernada, são parques que estão ou já concluídos, um pedaço dele, pelo menos, o caso do Ipiranguinha, é uma praça linear, é um espaço pequeno, mas dá para ser tomado como o início de um Parque Linear que já está concluído, o Sapé, no Butantã que está em obras e o Invernada que está iniciando as obras ainda nos próximos meses, pela Secretaria de Transportes, a partir de uma obrigação adquirida por termo de compromisso ambiental.

Com obras iniciadas ou em licitação, o Itaim que é um córrego, um parque linear com cerca de três quilômetros que fica no Itaim Paulista o, Parelheiros que já está iniciada a obra pela Secretaria de Transportes, também por uma obrigação adquirida por termo de compromisso ambiental e o Guaratiba que fica em Guaianases, que deve começar as obras também por uma obrigação de [falha no áudio] E um conjunto de obras a iniciar, vários desses aqui já tem projetos em andamento, projetos quase prontos, processos diversos que são necessários para resolver desapropriação, desafetação de resolução das questões burocráticas e ilegais para que eles possam ser implantados, mas vários deles em processo bastante adiantados.

No caso do Rio Verde, por exemplo, o projeto do parque está quase finalizado e vai ser desenvolvido por um TCA, um termo de compromisso ambiental, pelo Shopping Metrô Itaquera que tem uma obrigação que dá para fazer uma parte desse parque. A idéia é que quando você tem um termo de compromisso ambiental que faz uma parte, a gente vai buscar ou com recurso próprio do município ou com outros termos de compromisso ambiental a complementação desses parques. Aqui tem uma lista de parques em todas as regiões da cidade e como é de se esperar, os parques lineares estão, evidentemente, em maior volume, maior número, inclusive, as áreas mais importantes são as regiões periféricas da cidade, seja porque são mais carentes de lazer e áreas verdes, seja porque no centro da cidade não temos muita condição de implantar parques lineares neste momento, porque grande parte dos córregos está canalizada e tamponada, com ocupação extremamente densa em todas as suas margens. Não teria muita chance de implantar grande número de parques lineares em regiões mais centrais da cidade. Por isso eles estão também nas regiões periféricas.

Alguns desses parques lineares têm função muito mais, no caso do Itaim, por exemplo, é um parque linear que está sendo implantado em uma área em que a Subprefeitura em conjunto com a SEHAB desocupou uma favela, por força das obrigações assumidas com o Ministério Público e também dos programas de habitação na região, removeu uma favela e ao remover a favela, se iniciou um processo de implantação de um parque linear. É um parque linear com uma área de implantação pequena, estreita, porque é o que havia de possibilidade, mas vai ser muito significativo na região porque é um parque de três quilômetros, vai conter uma ciclovia no seu entorno, que vai permitir o acesso ao trem da população que mora à distância, há três conjuntos habitacionais grandes na região e que vai ter uma importância significativa nesse ponto de vista também, de facilitar, favorecer o transporte além de ser uma área de lazer muito importante naquela região, que é muito carente de áreas verdes e de lazer.

Outros como o Feitiço da Vila, por exemplo, é uma área que fica montante de um CEU no Campo Limpo e que estava razoavelmente desprotegida e ao implantar o CEU, a Secretaria de Infra-Estrutura Urbana assumiu a responsabilidade de implantar o parque linear à montante dele desde a nascente até o CEU, passando por dentro do CEU, um córrego de melhor qualidade e melhor preservado.

Mas se a gente ver mais para a Zona Sul, a gente vê que têm alguns parques como o Cocaia e o Caulim, por exemplo, com um deles com cerca de dois milhões de metros quadrados. São parques imensos e que estão em áreas que se a gente não tiver uma ação concreta de proteção e criação de uma área bem definida como um espaço de uso público, nós

vamos ter essas áreas progressivamente ameaçadas, permanentemente ameaçadas de ocupação e a gente vai ter que ficar brigando contra a ocupação ao invés de brigar para que essa área seja melhorada e protegida como deve ser, como tem que ser, inclusive, porque elas têm uma função extremamente importante na produção de água para a represa Guarapiranga, especialmente, mas também um pouco para a Billings. Evidentemente a Billings tem uma produção de água mais importante dos outros municípios da Região Metropolitana, mas São Paulo não pode deixar de contribuir e esses parques são parques extremamente importantes nesse ponto de vista. O Cocaia e o Caulim são esses parques maiores que a gente está projetando, estão em fase adiantada de definição de projeto e também de preparação das ações necessárias para desapropriação e todas as ações burocráticas e legais que a gente precisa para que eles possam andar.

Uma parte desses parques, está sendo realizada, por termos de compromisso ambiental, por empresas que em função do seu projeto, do seu empreendimento se tornaram devedora de algum compromisso de ajustamento de conduta ambiental e tem a preocupação de qualificação ambiental e outros com recursos do Tesouro e do FUNDURB que também destinou recursos importantes para a implantação de parques lineares.

E aqui, alguns que estão entrando em fase de definição, que ainda não têm projeto iniciado e nós estamos começando a trabalhar, estudar com eles para que a gente possa, em conjunto com as Subprefeituras, tirá-los da idéia, apenas e torná-lo concreto.

Mais uma vez, nós estamos aqui com 30 parques lineares em diversas etapas de elaboração e o plano, evidentemente, definiu muito mais do que isso e nós temos que pensar como é que a gente dá conta de, ao longo do tempo, ir resolvendo esse conjunto imenso de áreas que estão, muitas delas, degradadas, muita delas, embora não degradadas não protegidas e precisando de proteção e definição de uso mais adequado.

Esse aqui é um dos parques que estão em obras, é o parque do Sapé que fica na beira da Raposo Tavares, aqui próximo da Raposo Tavares fica a nascente desse córrego e ele passa por uma favela, mas antes de chegar na favela, tem esse trecho todo em que a implantação de equipamentos de lazer, vegetação e proteção do córrego e que está em fase adiantada de obras, está na segunda etapa, tem mais uma que a Subprefeitura de Pinheiros está andando com a licitação, Butantã, desculpe.

Isso aqui é uma imagem do córrego, como ele está hoje.

Esse aqui é a visão atual, a imagem de cima e a de baixo também, evidentemente, do parque, do córrego Água Vermelha, que fica no Itaim Paulista .

Essa aqui é uma área que por ter um uso intenso com o esporte, com campos de várzea, principalmente...

FITA 1 - LADO B

CONSELHEIRO HÉLIO NEVES: ...A gente tem uma preservação mais importante e o projeto para a implantação desse parque foi entregue à Subprefeitura nesses dias e ela está iniciando o procedimento para a licitação à semelhança do que fez no caso do Itaim, que a Subprefeitura que licitou a obra, está iniciando as obras agora. E este está iniciando a licitação nesse momento e vai ser um parque extremamente importante na região e vai garantir a proteção, além de criar áreas de lazer novas, organizar áreas de lazer para essa região.

Esse aqui é o Ipiranguinha, que eu falei para você. Hoje ele é mais uma praça linear do que um parque linear, mas a perspectiva é que à medida que a gente consiga definir projetos de recursos, a gente vai expandindo. A intervenção foi feita pela Subprefeitura de Aricanduva, com recursos repassados para a Secretaria do Meio Ambiente e a idéia é que a gente vá ampliando progressivamente, nessa perspectiva que não dá para fazer tudo de uma vez, mas é possível ir fazendo e recuperando estas áreas de maneira progressiva.

Aqui ainda é o Ipiranguinha que fica no Aricanduva.

O outro conjunto de questões que a gente está entendendo como importantes de serem pensadas no plano, essa questão de como a gente lida com a valoração dos territórios

naturais, dos territórios que são importantes do ponto de vista da preservação ambiental e como a gente deve lidar com isso no plano, na perspectiva futura, o mais rápido possível, evidentemente, e entender essas áreas como áreas que prestam serviço à sociedade, e não como área que devem ser vistas como áreas que não têm importância e não têm valor de uso. E aí tem uma contradição importante, porque essas áreas à medida que elas não têm valor de uso, porque são áreas definidas na Lei porque são áreas protegidas, não tem valor de uso comercial e o proprietário não protege e acaba virando uma área objeto de invasão, ameaçada permanentemente de ocupação ilegal, e a cidade tendo que lidar com essa situação que é permanente e progressiva e que a gente tem que lutar o tempo todo contra a degradação nessas áreas.

Em grande medida, ao nosso entendimento é que isso acontece porque essas áreas não têm valor econômico, não são tidas como áreas que são de interesse da sociedade, e se deixa o proprietário em uma situação em que ele não tem benefício nenhum em ter aquela área, portanto, para ele se for invadida, muitas vezes, ele até se associa com invasores para conseguir de alguma maneira se livrar do abacaxi que é para ele ter uma área com uma vegetação maravilhosa, para sociedade é muito importante, mas que para ele, é um problema, porque ele não ganha nada com aquilo, não consegue utilizar aquilo, e vira um problema econômico para ele ao invés de ser uma solução.

A idéia é que a gente supere essa concepção que se construiu historicamente na cidade a respeito dessas áreas e que a gente passe a entendê-las como áreas que têm que passar a ter valor econômico, valor de uso econômico, sem o que nós vamos ter sempre essa situação de termos que disputar a ocupação ilegal e irregular, porque não tem formas de ocupação legal e que sejam, evidentemente, formas de ocupação que protejam e preservem o meio ambiente. Essa é uma questão que a gente entende que o plano deve de fato olhar, abordar essa questão de maneira bastante atenta.

E nas áreas de preservação ambiental, quero dizer, a idéia é que a gente tenha uma equação que a cidade entenda, passe a entender, que alguém que tem uma área com vegetação importante e significativa, com córregos, cursos d'água e que contribui tanto para a qualidade do ar, quanto para a produção de água na cidade, para a manutenção da estabilidade do clima e outros aspectos todos que uma área protegida traz para a cidade, seja entendido como um serviço prestado à sociedade. Se ele presta um serviço, ele tem que ser remunerado pelo serviço que ele presta e encontrar à equação justa, adequada para lidar com isso e criar mecanismos que permitam que a gente possa, a partir daí, poder remunerar de maneira justa e adequada àqueles que têm as suas áreas hoje como um problema e passem a tê-las como solução também para a sua, do ponto de vista econômico, e não tem apenas que gastar dinheiro com aquela área, mas também possam auferir recursos para, além de manter a área, também ter o benefício de manter a área em benefício da sociedade.

E se associando a uma outra idéia, que é a idéia de que o modo como a cidade vem se desenvolvendo e vem crescendo hoje, é um modo que a cidade vai se expandindo progressivamente, expandindo a mancha urbana de maneira progressiva e, além das questões todas de dano, direto ao meio ambiente, como temos visto, aquele imenso consumo de energia que a gente tem na cidade de combustíveis fósseis, se não for fósseis, que venham a ser renováveis, álcool de cana, que no fim das contas teria outros impactos importantes ambientais também, esse consumo imenso de energia para combustíveis para transporte, a gente viu lá atrás 80% do consumo de energia para cidade é para transporte hoje.

Isso porque a cidade é tão dispersa que se transporta muita gente a longas distâncias o tempo todo, com tudo isso que traz de problema que a gente conhece, de trânsito, de gente que demora duas, três, quatro horas para chegar ao trabalho e voltar e todo o desconforto e problema que isso traz, além, evidentemente, do elevado consumo de energia que isso traz para a cidade. Isso precisa ser pensado como uma equação que a gente volte, pense a cidade como uma cidade que não deve se expandir mais em termos de mancha urbana e que se torne uma cidade cada vez mais compacta, no sentido de que as áreas protegidas sejam valoradas do ponto de vista do serviço que elas prestam e que as áreas que hoje estão subocupadas na cidade, que são muitas, historicamente vai a desocupação seja por desindustrialização, seja por modificação de uso e de população alvo de consumo de habitação

que vai acontecendo na cidade, a gente tem uma revaloração dessas áreas na perspectiva de tornar mais compacta a cidade, menos dispersa, com menor consumo de energia, mais eficiente e com melhor qualidade de vida, evidentemente, porque os recursos urbanos e urbanísticos da cidade estão centrados no centro expandido da cidade, e não em Parelheiros, Marsilac que são regiões altamente carentes de recursos dessa natureza.

Então que se busquem soluções dessa natureza para que a gente possa superar essa tensão permanente que é de expulsão de quem não tem moradia para as regiões cada vez mais distantes da cidade.

E aí, na idéia aqui, na proposta do Plano Diretor, a gente introduza o conceito, a idéia de pagamento por serviços ambientais. Já existe uma proposta, um projeto de Lei que está em tramitação para permitir o pagamento de serviços ambientais, mas a idéia é que o plano contemple isso, o plano acolha a idéia de que se a cidade precisa de uma ZEPAM a cidade tem que de alguma maneira contemplar essa sua ZEPAM na sua equação econômica. Ela não pode pensar que essa ZEPAM é um espaço que ela não dá bola para aquilo, não pensa naquilo como um espaço que tem que ter valor, inclusive, econômico.

E isso, valeria para a cidade inteira. Você poderia pagar serviços ambientais em qualquer lugar da cidade que você tem uma área protegida que deve ser preservada e você poderia pagar pelos serviços ambientais nessa área da cidade.

Aí tem a questão das duas macrozonas. Como é que a gente lida com as duas macrozonas? Isso é o que eu já falei até aqui. Se na Macrozona de Proteção Ambiental eu tenho uma grande quantidade ainda de áreas preservadas, como é que eu lido com essa macrozona de modo que eu impeça a expansão urbana para essa macrozona de maneira concreta e efetiva e que o plano oriente, aponte nesse rumo? E aí, tanto essa perspectiva de olhar a cidade da Macrozona de Proteção Ambiental como área que precisa de pagamento de serviços ambientais, quanto pensar também na macrozona de estruturação urbana, como uma área em que eu tenho que pensar instrumentos e mecanismos que fortaleçam e favorecem a política de uso compulsório de imóveis desocupados. A quantidade de imóveis desocupados é imensa nas regiões centrais e centro expandido na cidade e os mecanismos que nós temos hoje não têm se mostrado suficientes ou adequados para induzir o uso e obrigar o uso desses imóveis nessa região da cidade.

E como conseqüência, acaba-se remetendo a população que não tem acesso a essas áreas, até porque o uso não está favorecido, para as regiões da Macrozona de Proteção Ambiental. Teríamos que pensar como é que a gente lida com essas questões, tanto de pagar o serviço ambiental na macrozona de produção ambiental, quanto de fortalecer a política de uso compulsório das áreas hoje já urbanizadas com infra-estrutura urbana importantes, substantivas e que acabam tendo um desperdício de recursos públicos, porque tem o recurso, mas o uso é menor do que poderia e deveria ser utilizado.

Pensar que a cidade pode ser uma cidade pensada como cidade mais compacta, com vistas a tudo isso que a gente falou: Ser mais eficiente no consumo de energia, ser mais eficiente no consumo de recursos urbanos que ela já tem nessas regiões, reduzindo a necessidade de expansão da infra-estrutura urbana para regiões que não têm esses recursos e que, evidentemente, tem um custo, muitas vezes, um custo elevado para implantar recursos urbanos em regiões distantes e que cada vez mais vai se expandindo, além das ameaças ambientais, evidentemente, porque expansão urbana em Perus, expansão urbana em Parelheiros, regiões mais extremas da cidade não se faz sem que seja às custas de danos ambiental importantes como a gente tem visto e temos trabalhado de maneira bastante intensa, vocês talvez tenham acompanhado, vem acompanhando na imprensa, o trabalho que vem se organizando com diversas estruturas da Prefeitura, as Subprefeituras, principalmente, Secretaria de Governo, SEHAB participa disso, das ações de impedimento e desocupação de área de proteção de mananciais. Essa tensão, evidente que a gente não vai abolir essa tensão porque tem uma proposta, uma política de cidade mais compacta, mas seguramente se tivermos essa perspectiva, a tensão vai ser menor, nós vamos ter que gastar menos energia removendo gente do que temos que fazer hoje. E de pensar quais são os eixos de expansão, de adensamento populacional na cidade.

Pensar os instrumentos de IPTU progressivo, urbanização e utilização compulsória das áreas desocupadas nas regiões central e intermediária da cidade e o pagamento de serviços ambientais nas regiões da Macrozona de Proteção Ambiental. É isso que eu tinha a dizer inicialmente, agradeço e estou à disposição para o prosseguimento. Obrigado.

[palmas]

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR - SEC. MUN. PLANEJAMENTO: Dando seqüência, estão abertas as inscrições para as perguntas sobre a apresentação ou, eventualmente, algum tipo de comentário.

Você tinha pedido à palavra, primeiro. Se puder ir ao microfone.

CONSELHEIRO LUÍS CARLOS COSTA: Eu gostaria de aproveitar a oportunidade da exposição que foi feita, que me pareceu muito clara e pertinente, para observar o seguinte.

Houve uma ênfase na indicação das diretrizes que se está seguindo, inclusive, em termos programáticos de obra etc, que eu acho muito natural, do maior interesse. Agora, acontece é que em vários momentos se viu o quanto é que a questão ambiental exigiria em termos de uma política de urbanização, tanto a nível macro, essa questão das macrozonas e tal, como em nível das normas de ocupação do solo.

Nós vemos que, no caso ambiental, é muito claro que diante de um interesse coletivo de a gente ter padrões ambientais satisfatórios, é necessário uma redefinição da política imobiliária da cidade, baseada em planos adequados, tanto a nível macro, quanto micro, etc.

O tom da conclusão do expositor foi de que é necessário enfatizar, esclarecer as diretrizes dessa política macro. Falou-se em cidade mais compacta etc. Eu acho que a gente pode discutir exatamente o conceito, mas não é o momento, mas de qualquer maneira, a gente vê que a partir de um objetivo de interesse coletivo, a gente deveria caminhar para uma política de urbanização.

Muito bem. Eu acho da maior importância, eu estou inteiramente de acordo. Só que nós temos que tentar resolver ao mesmo tempo, a questão do quando e como. Quer dizer, foi alertado que é necessário chegar nessa política imobiliária e urbanística, mas qual é o tempo que se tem, até aonde a gente vai, a partir de que nível de explicitação dos objetivos, metas e critérios que estão vagamente tocados pelo companheiro, mas que precisariam ser talvez melhor explicitados, a gente chegaria lá.

Eu só quero me limitar a observar que nós temos um trabalho técnico e eu diria também social e político a respeito da conjugação dessas várias políticas. Nós temos que chegar a um ponto [falha no áudio] mais coerente de política. E eu acho que não há nenhum impedimento técnico, nem incapacidade, nem nada. É possível, é perfeitamente possível, só que isso é uma coisa que tem um custo de tempo, de organização, e que exige um tempo maior. É exatamente esse tempo maior para conciliar os vários objetivos macros e confluir em políticas coerentes é que se faz necessário hoje em dia.

Contrariamente a isso, certa liberalização da atividade imobiliária, como a possibilidade de se alcançar níveis de aproveitamento do solo maiores em determinadas áreas com menos definição de política, de proteção de áreas que teriam destinação mais coletiva, a gente está, digamos, ao mesmo tempo, verificando que há um tumultuamento das coisas. Quer dizer, por pressão, obviamente econômica e completamente entendível que exista, existe uma certa aflição do mercado imobiliário de levar o *boom* imobiliário até níveis que não estão claros, mas que eles querem garantir o mais possível de liberdade, de possibilidade.

Ora, há uma contradição nisso aí. Quer dizer, o nível, a política imobiliária, a novidade fundamental dela seria justamente ela incorporar objetivos coletivos que não cabe não na lógica do mercado, que é intensificar justos, ganhos, empreendimentos etc. Nós temos um caminho para percorrer.

A única coisa que eu acho que é importante é a gente se convencer que podemos caminhar no sentido de conciliar as coisas, mas com que tempo? Não vai ser na correria que se está esboçando de alguns meses a gente fechar tudo. Ao contrário: Se isso for feito, com

certeza, vai haver contradições e vai haver, sobretudo, o desencadeamento de processos incontroláveis de avanço do processo imobiliário sem o necessário atendimento desses critérios de interesse coletivo que a gente justamente viu que são tão importantes no aspecto ambiental, como seria também em outros aspectos sociais urbanísticos.

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR - SEC. MUN. PLANEJAMENTO: Professor, por favor, só se identifique no microfone para efeito de gravação.

CONSELHEIRO LUÍS CARLOS COSTA: Luis Carlos Costa, do Movimento Defenda São Paulo.

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR - SEC. MUN. PLANEJAMENTO: O próximo inscrito. Eu pediria para o Conselheiro Mauro, tem uma ordem de inscrição. Depois é a Dra. Lucila, Dr. Nelson e, posteriormente, o senhor.

CONSELHEIRO VALTER DE ALMEIDA COSTA: Bom dia. Meu nome é Valter de Almeida Costa, sou conselheiro da Região Macro Leste 2, conselheiro eleito e também faço parte do Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste.

Aproveitar que... Para quem conhece melhor, essa distância é suficiente?

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR - SEC. MUN. PLANEJAMENTO: Não, você tem que falar...Você pode tirar o microfone e levantar.

CONSELHEIRO VALTER DE ALMEIDA COSTA: Para garantir que fique na ata? Eu queria aproveitar que o expositor usou uma expressão conceito da matemática que é da equação que a gente normalmente relaciona com a idéia da justiça, para propor que seja considerada nesse processo de revisão uma outra palavra do universo da matemática que é a proporcionalidade, e que se considere pelo menos, se a gente for levar em conta o estudo feito pelos técnicos que elaboram o Atlas Ambiental da cidade de São Paulo, que identificou na Zona Leste uma concentração maior de distritos que têm os piores indicadores sócio-ambientais da cidade. Se nós temos na Zona Leste uma maior concentração de distritos que são considerados ambientalmente os mais degradados, aliás, lá tem uma combinação de degradação ambiental com pobreza, não é? Com a questão social.

Por conta de pensar muito nessa proporção é que eu quero apelar para esse Conselho e para aqueles que estão à frente dessa revisão, no sentido de que na distribuição desses parques lineares e nós tivemos aí uma exposição de 30 parques, que fosse considerado o princípio da proporcionalidade, considerando que nós temos na Zona Leste a maior quantidade de distritos ambientalmente degradados, é mais do que curioso e injusto que nós tenhamos, por exemplo, em São Mateus, apenas um parque mantido. Nós não tenhamos... Eu não vi, talvez não tenha percebido, sequer um parque preservado dos vários que foram propostos para o distrito de Sapopemba, que junto com o de Itaquera, conforme o Atlas Ambiental da cidade de São Paulo, são dois distritos, Itaquera e Sapopemba os piores distritos em qualidade sócio-ambiental da cidade de São Paulo.

É claro que o parque não resolve a questão sócio-ambiental, exclusivamente, mas ajuda. Pensando em uma cidade mais justa, nós queremos em nome do Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste defender que na Zona Leste seja preservado mais projetos de propostas de parques lineares que estavam contidos no Plano Diretor regional original. E essa conta dos 30 não preserva, mesmo que não tenha feito as contas, mas se for considerar a proporção, está faltando muita obra para a Zona Leste estar no nível de, sabe que a cidade toda está ruim, mas a Zona Leste está, com certeza, pior.

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR - SEC. MUN. PLANEJAMENTO: Essa é uma questão bem tópica. Eu vou pedir ao Dr. Hélio que já desse um esclarecimento ao conselheiro.

CONSELHEIRO VALTER DE ALMEIDA COSTA: Sim, eu falei que Sapopemba que não tem nenhum, mas Itaquera só tem um, na verdade é um erro, mantém o erro do plano original, que a despeito do Parque do Carmo, Itaquera só tem, é o pior, é um dos piores distritos em qualidade sócio-ambiental da cidade de São Paulo e a despeito disso, já no primeiro plano, já no plano original só tem um parque que é o Rio Verde, de forma que a

gente está defendendo que haja uma ampliação de investimentos. Mesmo que não tenha lá a empresa, que a gente não consiga o TCA, mas o Poder Público tem que investir.

CONSELHEIRO HÉLIO NEVES: Apenas para esclarecimento. Zona Leste, evidentemente, que é uma região com indicadores sócio-ambientais extremamente precários. Eu só queria fazer uma pequena correção.

Em geral, os problemas ambientais e os problemas sociais estão associados em todos os lugares. Não é exclusividade da Zona Leste. A Zona Sul também há degradação, onde está a população mais pobre, mais carente, com mais problema.

Mas, a despeito disso, a Secretaria tem projetos importantes na Zona Leste de parques. Têm alguns que eu não citei aqui, mas o primeiro que está sendo implantado, parque de grande porte, é o Itaim. O segundo também no Itaim é o Água Vermelha, Itaquera tem o Rio Verde, que é um parque que vai ser um parque importante que também implantação progressiva, evidentemente, porque está ocupado, tem um trabalho conjunto da SEHAB de remoção, programa habitacional para conseguir administrar as situações, mas o Rio Verde tende a ser expandido.

O Guaratiba, em Guaianases, é um outro parque linear. Depois temos aqui em Ermelino, Mongaguá, Taboão no Aricanduva e em projeção Cipoaba, em São Matheus, Rapadura, no Aricanduva e dois em Cidade Tiradentes. A Zona Leste está contemplada com um terço dos parques que estão aqui. A outra parte importante é na Zona Sul e, alguns, na borda da Cantareira na Zona Norte.

Evidente que tudo o que a gente fizer pela Zona Leste é pouco, não tem muito jeito da gente achar que está fazendo o que a região precisa, mas de fato precisamos fazer mais na Zona Leste, mas ela está razoavelmente bem contemplada na perspectiva do que a gente consegue fazer nesse momento. Mas evidente que à medida que a gente consiga ter recursos e capacidade de desenvolver projetos, é uma das regiões que, evidentemente, tem que ser priorizada, não tenho dúvida nenhuma disso.

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR - SEC. MUN. PLANEJAMENTO: Eu vou passar a palavra à conselheira Dra. Lucila. Só pedindo a compreensão dos conselheiros. Não estamos regulando o tempo, mas que também não extrapolassem muito.

CONSELHEIRA LUCILA FALCÃO PESSOA LACRETA: Lucila Lacreta, representante da Macrorregião Oeste.

Eu gostaria de dizer que foi muito importante essa apresentação sobre as questões ambientais que estariam no escopo da revisão do Plano Diretor. Ocorre que uma leitura do Plano Diretor, isso não sobressai, o que sobressai realmente é um plano basicamente imobiliário, contemplando a excessiva construção da nossa cidade, onde as questões ambientais passam despercebidas. Em relação a essa apresentação, eu acho que é importante dizer que a questão ambiental deveria ser fundamental e realmente diretora do crescimento da cidade, não há como mais negar a questão do superaquecimento global e nem a questão da necessidade de preservar as poucas áreas que ainda servem de equilíbrio para contrabalançar a excessiva construção.

E construção demasiada, significa aquecimento, que são as chamadas ilhas de calor. Eu acho que, inclusive, volto a frisar a questão do tempo, para que se compreenda, se absorva e que se forme convicção em relação a essas políticas, principalmente da questão ambiental, tão importantes e que deveriam nortear esse trabalho de revisão.

Eu quero fazer um breve parêntese, que ontem nós enviamos um pedido à Presidência desse Conselho para que nos fosse fornecido o texto e os mapas que constam no *site*, na Internet, uma vez que os textos que nós recebemos, anteriormente, havia sido alterado ou em relação à redação ou supressão ou, inclusive, inclusão de alguns aspectos. Nós recebemos esse CD hoje pela manhã, mas fica aqui o meu protesto, que nós, nem ao Conselho foi fornecida a impressão em papel, o que torna tudo isso muito mais difícil e custosa para os conselheiros, porque nós teremos que mandar imprimir os mapas em lugares especiais. São

muitos deles, o volume de impressão é grande, o que diferencia e muito o total conhecimento das propostas.

Outra questão também que nós voltamos a insistir é que nos sejam enviados os fundamentos, as justificativas, as análises e os cálculos que fundamentaram as novas propostas em relação ao PDE vigente, bem como as suas justificativas. A alentadora foi essa apresentação com relação à preocupação ambiental, mas eu volto a dizer que ela não transparece com a ênfase necessária no texto do Plano Diretor.

E também que nos sejam apontadas didáticas e, claramente, quais foram às alterações ocorridas no texto do PDE vigente, relacionadas com o texto do projeto de Lei proposto, seja no tocante às suas alterações, exclusões ou acréscimos.

Eu vou protocolar essa carta, foram assinadas por seis conselheiros, gostaria que constasse em ata **(vide anexo 1)** e eu vou mandar hoje à tarde pela Internet.

Outro manifesto que nós vamos também protocolar, já foram protocolados nas Audiências Públicas, é justamente uma crítica em relação a todo esse processo de discussão, tanto em relação à população como a nós conselheiros municipais de política urbana.

Eu gostaria de dizer que já temos 45 entidades representativas de todos os segmentos da sociedade, desde os motivos populares, ambientais, até passando pelo movimento "Nossa São Paulo Outra Cidade", enfim, vários segmentos estão aqui representados. Eu gostaria, por favor, que constasse em ata **(vide anexo 2)**, também vou mandar pela Internet. Obrigada.

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR - SEC. MUN. PLANEJAMENTO: Conselheiro Nelson.

CONSELHEIRO NELSON SAULE JUNIOR: Bom dia a todos e a todas.

Primeiro, dizer que o Instituto Pólis está endossando todas essas manifestações que a colega Lucila está entregando agora para a Secretaria Executiva e também a solicitação desses documentos, esses materiais para os conselheiros, para que a gente possa estar com esse material cumprindo com a nossa função de sermos representantes aqui do segmento da sociedade civil para...

FITA 2 - LADO A

Sociais, ter uma melhor compreensão do que realmente está se modificando na proposta da Prefeitura quanto ao Plano Diretor.

Eu queria dizer que essa apresentação que foi feita, reforça mais ainda o nosso posicionamento que a gente tem feito de que realmente a revisão do Plano Diretor tem que se restringir ao que a Lei do Plano Diretor está dizendo, que é adequar as ações estratégicas, não previstas no Plano Diretor e acrescentar áreas passíveis de aplicação dos instrumentos previstos no Estatuto das Cidades. É isso que o Plano Diretor determinou e essa apresentação reforça mais ainda que a revisão do Plano Diretor, tem que se restringir realmente a isso.

Pela questão que foi colocada aqui, ficou muito claro. Para pensar em uma cidade compacta, o que precisa fazer? Precisa aplicar os instrumentos que estão previstos no Plano Diretor, com relação às áreas que estão não utilizadas, subutilizadas, que já estão demarcadas as áreas no Plano Diretor, precisa, na perspectiva que está até no *Power Point* da legislação ser auto-aplicável. O que quê precisa? Precisa ter a Lei Municipal específica, o município tem que enviar esse projeto de Lei para a Câmara, para que possa ser aplicada a edificação; o parcelamento compulsório; o IPTU progressivo no tempo e a desapropriação, que são aqueles instrumentos que estão no Estatuto da Cidade. Isso gera o quê? Possibilidade de ter mais áreas para, justamente até na questão da habitação, para evitar que ocorra uma continuidade da expansão dos assentamentos informais nas áreas de mananciais, que já foi colocado que é um dos grandes problemas e que nós concordamos que deve realmente evitar a continuidade de ter assentamentos informais e a perspectiva de utilizar, potencializar os instrumentos do Estatuto vão nessa linha.

E a questão da implementação de habitação do interesse social nas três, que são as áreas que já estão delimitadas do Plano Diretor, vão na linha também, justamente de garantir que se preservem as áreas que hoje precisam ter uma valorização ambiental, como está bem colocada na apresentação, e isso significa potencializar justamente as áreas que estão nessas chamadas áreas centrais que são adotadas de infra-estrutura. Nós entendemos assim, nós não estamos, acho que a apresentação está muito clara de que realmente é essa a estratégia e na nossa opinião, essa estratégia já está prevista no Plano Diretor atual. Eu acho que a questão de implementar.

Eu gostaria de perguntar a todos os membros que são do Governo, principalmente o Secretário Orlando, que é da Habitação, se ele entende o que já está no Plano Diretor já não viabiliza, é política que está sendo colocada aqui na perspectiva ambiental, na perspectiva da habitação da cidade, no sentido de termos medidas, estratégias, soluções estratégicas, para combater processos que venham a degradar mais a cidade nas áreas aonde devem ter a preservação ambiental.

E uma pergunta aqui, pelo menos para mim não ficou muito clara. Como é que seria essa proposta? Realmente isso não tem no Plano Diretor. E como é que seria esse instrumento do pagamento do serviço ambiental? Não ficou muito claro. Quem é que vai pagar isso? Como é que seria esse instrumento? Eu acho que seria bom esclarecer melhor essa questão.

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR - SEC. MUN. PLANEJAMENTO: Vou fazer uma pausa nas inscrições para dar alguns esclarecimentos.

Queria começar pelos comentários do Conselho Nelson, para dizer com muita clareza à V. Exª. e V. Exª. comete uma impropriedade. A questão, como já tive oportunidade de falar neste e em outros fóruns, a questão da cobrança progressiva do IPTU nós entendemos e da urbanização compulsória que é competência concorrente, portanto, acolhemos, acolhemos o Poder Executivo acolheu o projeto de Lei que já tramita na Câmara e solicitou através de sua liderança que ele tramitasse e que fosse aprovado, quer dizer, nós aguardamos a aprovação do projeto de Lei que está na Câmara que nós acolhemos aquele projeto de Lei e entendemos que se o Executivo manifestasse à sua posição enviando um projeto de Lei que seria praticamente igual, nós estaríamos atrapalhando a tramitação daquele lá, porque ele teria que começar tudo de novo, dado que não seria necessariamente igual e seria apensado como é de costume no trâmite Legislativo aquele já existente.

Eu gostaria de fazer esse esclarecimento. Gostaria também de dizer que--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR - SEC. MUN. PLANEJAMENTO: Eu não lembro, mas é um projeto de Lei de autoria de um ex-Vereador na cidade. Eu depois posso dar o número, encaminhar para os senhores conselheiros. Não tenho nenhum problema em dizer a autoria também, do atual Deputado Federal Paulo Teixeira, perfeito? E o projeto continua tramitando e nós aguardamos a sua aprovação para que possamos nos valer daqueles instrumentos.

Queria também dizer que não há qualquer oposição entre o que está sendo proposto pela Secretaria do Verde e aquilo que nos está outros aspectos, nos outros capítulos da legislação que nós estamos debatendo.

Nós já tínhamos aqui, foi apresentado tanto à Parte I como a Parte III da Lei de uso e ocupação do solo em que nós sinalizamos claramente para a necessidade de que a cidade quando tiver que crescer, cresça nos eixos do transporte de massa. Isso foi colocado aqui, está no projeto que está em discussão, que se coaduna perfeitamente com o conceito de reduzir o gasto de energia e de cidade compacta que a Secretaria do Verde está colocando.

Queria dizer também que do ponto de vista das discussões que foram travadas na semana passada, os comentários que surgiram no debate, eu diria que evoluímos muito em uma semana. Na semana passada não havia política ambiental no projeto que está em discussão, e essa semana aqui vários conselheiros... Não, existe. Existe, está boa, está... Eu

acho que evoluímos bastante em uma semana, às vezes, é tudo uma questão de como olhar o que está escrito.

Com relação aos comentários sobre as mudanças entre o que está no *site* e o que os senhores tinham recebido, são mudanças muito pontuais de redação. Está extraído por exemplo, está fora do termo de compensação urbanística, foi projeto de crítica aqui. Nós acolhemos, os mapas foram alterados para ficarem mais visíveis, com melhor padronização.

Nós achamos que não há nenhum prejuízo em usar aquele material que já foi distribuído, mas acolhemos sim a solicitação da conselheira Lucila tanto que de ontem para hoje providenciamos CD que vários dos conselheiros receberam na entrada e vamos providenciar uma nova impressão. Não acho que não é isso que vai afetar nenhuma das discussões aqui, mas nós vamos providenciar e vamos entregar aos conselheiros.

Com relação à questão do quadro comparativo, como nós dissemos, está em elaboração. E para facilitar o trabalho dos conselheiros, nós já acabamos o quadro setorialmente do Verde e Meio Ambiente e vamos encaminhar junto com a apresentação que foi feita hoje para todos os conselheiros pelo menos essa parte. E à medida que forem sendo elaboradas as demais nós também vamos encaminhar aos senhores conselheiros.

Dito isto, eu queria passar a palavra ao conselheiro Mauro que está aguardando ali em pé.

CONSELHEIRO MAURO FRIEDHOFER: Bom dia a todas, todos. Eu fiquei em pé porque eu estou com um problema de coluna, eu estou com vértebra fraturada. Mauro Friedhofer, membro eleito pela macrorregião Centro.

Eu quero dizer, Sr. Secretário, Srs. Secretários e Sras. e Srs. conselheiros, as entidades que estão aqui representadas têm sede na cidade de São Paulo. A Prefeitura é a do Município de São Paulo. O Conselho é o Conselho do Município de São Paulo, e São Paulo existe porque chegou gente aqui, arregaçou as mangas e foi trabalhar, não ficou fazendo discurso não, que se fosse só discurso, São Paulo nem vila seria. E uma coisa que gosto de fazer e muitos de nós gostamos de fazer, é trabalhar, trabalhar significa produzir, produzir, fazer acontecer.

Da minha parte, pessoal, porque eu falo aqui como representante eleito de uma macrorregião, não como membro de entidade, mas não é segredo nenhum que eu faço parte de uma entidade, e essa entidade desde a aprovação inicial, aliás, desde quando o projeto de Lei foi encaminhado à Câmara Municipal, nós já nos debruçamos sobre o projeto de Lei e já começamos a analisá-lo, produzir e sugerir alterações. Algumas foram aceitas, outras não. O projeto de Lei recebeu emendas da Câmara Municipal, na correria, na extrema correria. Eu me recordo com muita clareza que a titular da Prefeitura de São Paulo, na época, a Prefeita Marta Suplicy, encaminhou o projeto de Lei à Câmara Municipal em regime de urgência, em regime de urgência! Não tenho absoluta certeza, o tempo que demorou entre o projeto de Lei ter sido protocolado e ter ido à votação, mas foi um prazo extremamente curto.

Pois bem. Desde o início dessa mecânica de revisão do Plano Diretor, nós nos debruçamos sobre o texto aprovado, nós nos debruçamos sobre a proposta que a SEMPLA fez, a primeira proposta de SEMPLA e nós produzimos alterações, nós fizemos propostas. As propostas foram entregues ao gabinete de SEMPLA, o senhor sabe bem o tamanho delas, foram duas ou três oportunidades e ainda não terminaram, ainda continuamos a mandar propostas, e eu até peço um esclarecimento se isso, se os conselheiros não considerarem ofensa isso, porque se não eu retiro a pergunta. Eu só tenho recebido alguma proposta além dessa de prorrogação de prazo, proposta de modificação?

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR - SEC. MUN. PLANEJAMENTO: De conteúdo? Seguramente não. Fora àquelas que a Associação Comercial encaminhou antes da divulgação do projeto de Lei.

CONSELHEIRO MAURO FRIEDHOFER: Eu acho que fica muito patente, muito patente e seria muito mais elegante que a parte que discorda da minha opinião chegasse e ocupasse esse microfone e dissesse assim: "A nossa posição é de manter o Plano Diretor como está", ou seja, revisão sem alterar nada. "Nós achamos que não deve ser revisado", é uma

situação clara, cidadã, respeitável, e vai quebra a SEMPLA decidir qual é o texto que vai ser encaminhado à Câmara Municipal e, pelo que eu vejo, a SEMPLA tem respeitado bastante a opinião dessa parcela do Conselho que tem se manifestado apenas por prorrogação de prazo e encaminhar o plano. Afinal de contas, quem vai acabar decidindo são 55 pessoas nas quais nós votamos.

Perder o nosso tempo aqui para ficar ouvindo: "Quero mais prazo. O prazo é pouco, a cidade", nós não podemos proibir o aumento populacional da cidade, que graças a Deus, felizmente, caiu bastante em relação há anos anteriores. Ou a cidade cresce na horizontal, que não interessa, creio eu, a ninguém, principalmente pela proteção ambiental, ou a cidade se adensa. Eu adorei, eu achei fantástica a posição de SEMPLA que coloca com muito critério, com muito cuidado preservando e defendendo os parques lineares, mas se a cidade tem que se compactar, ou ela só pode compactar para cima, nós não vamos morar em buraco. A verticalização, o processo de verticalização da cidade, claro que ele é irreversível, ele tem geral ser disciplinado? Tem. Ele já tem uma disciplina que foi proposta pelo Plano Diretor original. Desculpe?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

CONSELHEIRO MAURO FRIEDHOFER: Eu não estou lhe ouvindo. Perdão. Depois a senhora ocupa o microfone.

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR - SEC. MUN. PLANEJAMENTO: Eu pediria que fizesse a inscrição.

CONSELHEIRO MAURO FRIEDHOFER: Já estou encerrando. O que eu quero manifestar aqui é que temos que ser propositivos em relação ao Plano Diretor e não ao prazo de revisão do Plano Diretor. Muito obrigado a todos.

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR - SEC. MUN. PLANEJAMENTO: Eu vou aproveitar a fala do conselheiro Mauro para fazer também uma solicitação a dois conselheiros que reiteradamente tem neste Conselho, que são os conselheiros Dr. Luis Carlos Costa e Dra. Lucila, tem reiteradamente se referido à questão do plano ter um viés imobiliário, com o qual, evidentemente, nós não concordamos. Mas eu gostaria de solicitar que indicassem quais são as modificações que estão sendo feitas que tornam efetivamente por artigo, quais são as mudanças, as introduções, de maneira, inclusive, que a gente possa fazer essa revisão, porque não nos interessa em nenhum momento ter um plano com esse viés. Então, se pudesse em uma reunião futura ou antes mesmo como tem acontecido indicar isso, eu agradeceria.

Por favor, a palavra à conselheira Marta.

CONSELHEIRA MARTA DORA GROSTEIN: Boa tarde. Eu sou Marta Grostein, representante da Universidade de São Paulo.

Eu primeiro de tudo eu gostaria de agradecer a exposição tão esclarecedora feita hoje sobre a questão ambiental em relação ao Plano Diretor. Eu só queria fazer um comentário e um esclarecimento.

O comentário é que eu percebi pela escolha da abordagem da apresentação de hoje que a ênfase foi, qual a relação com a preservação dos espaços naturais e dos recursos naturais. E parece que para não ficar uma visão extremamente setorial da questão ambiental, parece poderia ser introduzido nos principais desafios e na abordagem, a questão da relação com os espaços construídos.

E um aspecto que eu acho importante, é uma questão que eu acho que na minha fala na reunião anterior eu levantei, que é a questão da ocupação das glebas, das grandes glebas e do parcelamento do solo das grandes glebas. Porque me parece uma questão ambiental urbana extremamente importante, a maneira como os grandes condomínios estão sendo implantados na cidade de São Paulo e eu considero esse um problema ambiental, urbano importante. Portanto, a questão do parcelamento das glebas, eu acho que deveria ser introduzido nessa discussão dos principais desafios da questão ambiental urbana.

Não sei, espero que não tenha sido impertinente a minha sugestão, mas eu acho que ela é importante do ponto de vista da qualidade de vida na cidade de São Paulo. Porque o uso das ruas, da calçada, da relação entre espaço construído e o espaço livre, ele introduz qualidade de vida, e a qualidade de vida não deve ser apenas para dentro dos condomínios, ela deve ser em uma relação com a cidade.

Eu acho que esse aspecto precisa ser articulado com o discurso que foi feito hoje muito bem feito, por sinal.

O segundo ponto, eu acho que é um esclarecimento em relação ao instrumento da valoração econômica das áreas naturais, eu acho que é extremamente importante para a preservação dessas áreas e para uma relação mais harmônica para o próprio mercado imobiliário, me parece, para que isso seja introduzido como um elemento de projeto no mercado imobiliário também.

Eu queria um esclarecimento como é que esse instrumento está sendo pensado e a relação dele com as ZEPAMs, por exemplo, e com as áreas de parques e praças que estão sendo pensados.

Um terceiro ponto que também eu não achei que não estava...Talvez esteja embutido no que foi dito hoje, é um pouco em relação as ZEIS, a delimitação das ZEIS em áreas que entram em conflito com o conceito de preservação e que estão ocupadas de modo inadequado, me parece, do ponto de vista de que reside nessas áreas e que, portanto, precisa de uma solução habitacional melhor.

Se esse cruzamento com as ZEIS, com uma análise e com as ZEIS, se ela não poderia ser apresentada, talvez, em uma reunião especial do Conselho, de como que as ZEIS estão sendo revistas e como que está sendo cruzada a questão da qualidade de vida dos moradores em ZEIS, em áreas inadequadas, com a solução para essa questão habitacional e como que ao longo, me parece do tempo, a questão urbana e ambiental vai ser mais equilibrada em relação as ZEIS. O quanto que as ZEIS vão perpetuar, às vezes, situações indesejadas e o quanto que o Poder Público pode se comprometer em melhorar as condições de vida nessas áreas e não perpetuar situações inadequadas. Muito obrigada.

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR - SEC. MUN. PLANEJAMENTO: Já antecipo a conselheira que uma das apresentações futuras vai ser sobre a questão da habitação na revisão do plano em que está incluída a abordagem sobre as ZEIS e nós vamos tratar de fazer a articulação com a parte do meio ambiente conforme solicitado.

Vou passar para o nosso convidado Dr. Hélio, inclusive, porque tem uma pergunta que foi feita pelo Conselheiro Saule a respeito de como será operacionalizada a questão da valoração para efeito do pagamento de serviços ambientais, que por uma falha minha, eu acabei não passando palavra para você.

CONSELHEIRO HÉLIO NEVES: A professora Marta reiterou a pergunta de como é que se pensa esse mecanismo de pagamento por serviços ambientais.

Esse é um assunto extremamente novo no panorama internacional. Tem algumas experiências começando a acontecer em cidades pequenas que vem desenvolvendo projetos e iniciativas de serviços ambientais. Em cidades pequenas já é muito difícil pelo que a gente tem observado, aqui, seguramente, é muito mais complicado a gente definir como é que vai se pagar por serviços ambientais.

O que se propôs no projeto de Lei foi que se definisse a hipótese de pagamento por serviços ambientais em áreas, nas ZEPAMs, principalmente ZEPAMs nas áreas protegidas, não se definiu claramente qual é a regra de cálculo desse valor, porque esse é um assunto que demanda ainda muito debate. Isso é uma prática do Secretário de Meio Ambiente, do Eduardo Jorge, ele, normalmente, quanto tem iniciativa dessa natureza, ele acha que é melhor a gente pôr na rua e colocar o debate para receber contribuição, inclusive, de outros setores e à medida que a gente vai amadurecendo, antes de chegar na Câmara Municipal, que também é um espaço de debate, aliás, é o espaço de debate por excelência, a gente amadurecer como resolver essas equações. Mas que haja, que fique definido, fique fixado a hipótese de

destinação de recursos do Tesouro em montantes que devem ser definidos a cada ano, evidentemente, não pode ser uma coisa sem a possibilidade de um cálculo de quanto é que você vai gastar, mas que cada ano se defina o montante do recurso do Tesouro para essa destinação e que se definam regras para como se paga e em que regiões da cidade você vai dar início, dar partida a esse processo. Mas que não teríamos condições, talvez, de partida, de ter um projeto que dê conta de resolver de maneira global o problema da cidade, até porque uma das dificuldades graves, grandes que nós temos na cidade, é conhecer exatamente qual é o fundiário, como é que são as propriedades nas regiões que não só urbanas na cidade.

Esse processo é um processo que está apenas iniciando e nós vamos ter que aprofundar nele. Mas a idéia do projeto de Lei é que a gente destine recursos do Tesouro em montantes progressivos e que a gente comece com montantes menores e vá aprendendo a lidar com isso para que a gente possa mais adiante ter capacidade de abranger todas as regiões que precisam ser beneficiadas com esse recurso. Mas não temos condições em um curto prazo, de ter uma proposta muito complexa, tanto que precisa ser, até pela dificuldade que tem de conhecimento do que é exatamente essa região a ser protegida.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

CONSELHEIRO HÉLIO NEVES: Não. A idéia é que a gente remunere o proprietário. Não temos a perspectiva, não trabalhamos na perspectiva de tomar posse das propriedades nas ZEPAMs, a idéia é que o proprietário seja remunerado e tenha o benefício de manter a área protegida. Seja remunerado para que ele possa continuar protegendo e ter um benefício econômico pela área que é dele e não temos a intenção de nos tornarmos proprietários de todas as áreas. Evidente que vai haver situações em que faz sentido a municipalidade tomar posse, desapropriar e passar a ser proprietária de um terreno, mas não temos pensado na perspectiva de isso ser uma regra geral. Seria exceção.

Com relação à questão que a professora trouxe.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

CONSELHEIRO HÉLIO NEVES: Sim. Agora, se é com recurso do Tesouro Municipal ou outras fontes de recurso, são assuntos que a gente precisa desenvolver, evoluir. Inclusive, já há iniciativas de uma fundação, de uma dessas indústrias de cosméticos de pagamento de serviços ambientais, em um pedaço da Zona Sul, que é uma experiência que nos ajuda a pensar, inclusive, como lidar com isso. Eles estão buscando recursos privados para pagar por serviços ambientais privados também. Muitas modalidades são possíveis de serem pensadas. Agora, como nós estamos apenas aprendendo a lidar com o assunto, não temos resposta muito complexa e pronta para tudo isso, mas a idéia é que a gente busque todas as alternativas que forem possíveis de serem pensadas para lidar com o assunto.

Com relação à questão de pensar a questão das áreas construídas, os espaços construídos, quando a gente está falando de cidade compacta, estamos falando também disso, porque é sabido que uma parte importante da cidade está desocupada, também subvalorizada pela degradação progressiva, histórica e precisa ser repensada, reocupada e revalorizada, não sei se é nessa perspectiva a pergunta, mas e, além disso, a melhoria da qualidade ambiental desse próprio território hoje já densamente ocupado que foi perdendo progressivamente qualidade ambiental.

E nisso tem uma questão que é a própria questão da cobertura vegetal da cidade, cobertura arbórea que foi se perdendo progressivamente e tem um trabalho intenso, a gente vem conseguindo plantar cerca de 200 mil árvores ao ano na cidade, com dificuldade em áreas muito densamente ocupadas, mas que também já estamos fazendo e que é um aspecto que nos preocupa muito, porque as questões climáticas, o problema de micro clima, de zona de calor, tem muito a ver com cobertura vegetal, ausência de praças, praças, evidentemente e, também, de cobertura de rua, mas é um aspecto que tem nos ocupado de maneira bastante intensa e que eu acho que tem que ser, evidentemente, pensado ao longo do tempo e reforçado. Não sei se é essa a pergunta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

CONSELHEIRO HÉLIO NEVES: Isso. Nós estamos tratando na parte referente à Lei de uso e ocupação do solo, como já foi exposto. Eu acho que é do conhecimento aqui, depois poderia ser detalhado. Mas acho que a sua sugestão, se eu entendi, é que isso se acoplasse da questão ambiental. Eu acho que cabe a nós avaliar agora no debate com a Secretaria de Verde e Meio Ambiente, junto com a Secretaria de Habitação, para que a gente possa, eventualmente, integrar isso ao conceito referente à questão ambiental.

Eu queria chamar a atenção, eu vou me permitir usar a palavra para colocar um aspecto que está passando despercebido com relação a essa proposta de compensação por serviços ambientais. Esse é o instrumento mais inteligente do que a transferência de potencial construtivo no que diz respeito a Macrozona de Proteção Ambiental. Por que isso? Porque quando você tem uma área que está no conceito que foi colocado, prestando serviços ambientais para a cidade e você permite a transferência, isso se dá uma vez no tempo, como se costuma dizer na literatura econômica. E como fica essa área daqui a 30 anos ou 50 anos? Quer dizer, o proprietário passa a ter um benefício e embora tenha a obrigação perpétua de zelar, você não pode garantir isso para as gerações futuras, inclusive. Tem um momento que pode vir a ser objeto de invasões ou mesmo de depredações por parte do próprio proprietário, de maneira que esta proposta permite que se faça anualmente uma avaliação a respeito da preservação da área e se ajude à manutenção daquela área que tem um benefício para a cidade. Eu acho que é um ponto que merecia, digamos assim, ser sublinhado. Voltando à nossa lista de inscritos, conselheiro Valter.

CONSELHEIRO VALTER DE ALMEIDA COSTA: Em respeito à quantidade de conselheiros que ainda devem ter interesse em se manifestar, novamente eu evito uma segunda inscrição. Mas eu me vi impelido a suscitar uma segunda fala em razão de uma fala, uma citação, feita pelo Secretário que me deixou um pouco preocupado, porque lá no Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste nós fizemos ao longo de 2005 e já prevendo a revisão que teria acontecido no ano passado, encontros regionais e nos bairros de São Mateus, São Miguel, Guaianases, Itaquera, Ermelino, Penha, para tirar propostas das metas previstas, principalmente, em relação à proposta do viário e ambientais que a gente não gostaria que fossem suprimidas na revisão, isso em 2005.

Em 2006, no ano passado, nós fizemos encontros mais temáticos onde nós tiramos no grande encontro realizados no SESC Itaquera, e dois encontros na UNICSUL, propostas para setor de habitação, para o sistema viário e propostas ligadas à questão ambiental. E essas propostas foram protocoladas no mês de abril na SEMPLA, propostas de parques que de São Mateus, Sapopemba, de Itaquera, de Guaianases...

FITA 2 - LADO B

SEMPLA de que eram propostas e metas que nós da Zona Leste não gostaríamos que fossem suprimidas. Da Zona Leste, ficaram só, tomara que não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone]

CONSELHEIRO VALTER DE ALMEIDA COSTA: Ah, sim, tudo bem, tudo bem. Mas se não realizar essas obras, para que vale ficar no papel? O que nós queremos é, aquilo que está no Plano Diretor ele saia do papel e vire obra. Tem metas.

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR - SEC. MUN. PLANEJAMENTO: Eu pediria ao conselheiro para finalizar.

CONSELHEIRO VALTER DE ALMEIDA COSTA: Para finalizar, apesar de ter mudado o Secretário, eu ficaria muito mais tranqüilo de saber que mesmo tendo chegado nas suas mãos, que existe lá um arquivo que tenha ainda, que não tenha extraviado documento entregado para o Fórum do Desenvolvimento da Zona Leste, com propostas dos parques que no nosso entendimento, não deveriam ser suprimidos na revisão. Foi em... E, aliás, foi feito entrega no protocolo e na mão de um representante do--

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR - SEC. MUN. PLANEJAMENTO: Conselheiro, estamos com o horário avançado.

CONSELHEIRO VALTER DE ALMEIDA COSTA: Claro, que eu acho que nem está mais aqui na equipe. Mas naquela oportunidade, nós fizemos a entrega desse documento e gostaria que esse documento não tenha sido extraviado.

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR - SEC. MUN. PLANEJAMENTO: Você quer falar, Hélio?

CONSELHEIRO HÉLIO NEVES: Eu peço para esclarecer. Essa lista de parques, são os parques que nós estamos com iniciativa de implantação. Não houve nenhum parque linear removido e retirado da proposta de atualização do Plano Diretor Estratégico. Todos estão preservados, estão mantidos no plano, na proposta de plano. Evidente que nós gostaríamos de construir todos os 150 parques lineares previstos no plano, mas nunca teve nenhum parque linear construído na cidade e nós estamos trabalhando para dar conta de fazer, concluir cerca de 15 pelo menos até o ano que vem e dar início, dar partida, a outros 15, pelo menos.

É isso. Essa lista aqui é de parque que nós estamos em projeção, em andamento, em obras, e aqueles outros 140, 150 previstos em 2012 continuam no plano.

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR - SEC. MUN. PLANEJAMENTO: Só um esclarecimento ao Conselheiro Valter, que as propostas que formo entregues, foram incorporadas, consideradas no Plano Regional ou no Plano Diretor. Eu sugeriria à V. Exª. que depois fizesse um contato mais próximo com os técnicos da Secretaria para que eles lhe mostrassem onde está em cada um dos PREs ou no Plano Diretor a incorporação das propostas.

Vou fazer um apelo ou conselheiros, já estavam repetindo as palavras e estamos com o horário avançado. Eu passo a palavra ao conselheiro Luis Carlos Costa, pedindo a brevidade, em seguida ao conselheiro Mauro, com o mesmo pedido.

CONSELHEIRO LUÍS CARLOS COSTA: Nós fomos convocados para essa reunião mencionando o tema que seria a discussão da revisão do Plano Diretor, não é? Esse era o objetivo, o objeto da minha questão de ordem que depois se perdeu no processo, mas acontece o seguinte: Nós queremos discutir o Plano Diretor.

Quando a gente fala: "Queremos discutir o Plano Diretor", supõe que nós queremos há oportunidade de divulgarmos, aplicarmos, trabalharmos juntos, no sentido daquilo que nos preocupa. A gente não está simplesmente pedindo tempo, porque é bonito pedir tempo ou, ao contrário, nós queremos pedir tempo necessário para que haja seriedade e conseqüência nos debates.

Nesse sentido, eu quero dizer que não é possível, no meu entender, que nós continuemos da maneira que eu considero um pouco errática de passear sobre os temas do Plano Diretor. Hoje nós vimos à questão do meio ambiente, excelente oportunidade, mas digamos que é um tema ponto pontual, é um aspecto do Plano Diretor, importantíssimo, mas aspecto.

Acontece que nós temos, eu entendo, que o plano converge para um grupo articulado de políticas. Tem há política habitacional, que no meu entender, ainda está para ser discutida e contém muitos aspectos. Eu quero saber qual é a estratégia pela qual nós vamos, a estratégia que nós vamos adotar para viabilizar uma alteração estrutural no processo de urbanização, que é de dar oportunidade para a população de baixa renda ter alguma possibilidade de morar decentemente na cidade. Quer dizer, isso é diferente da exposição dos programas em curso. Os programas em curso que dão conta de como a atual Administração está levando em conta a sua ação nessa coisa, isso é uma coisa que eu tenho o maior respeito e interesse em saber, mas isso não é a política estratégica necessária para termos segurança que daqui a 20 anos nós não vamos ter essa desigualdade social, essa beligerância, essa situação de caos social que hoje temos.

Nós queremos uma política estratégica que diga: "As metas são de tal natureza, a orientação necessária para chegar lá é tal, e os recursos que, contamos obter, vão ser obtidos de uma certa maneira". Eu estou falando da habitação, porque é o primeiro tema aqui.

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR - SEC. MUN. PLANEJAMENTO: Peço para o senhor finalizar, conselheiro.

CONSELHEIRO LUÍS CARLOS COSTA: Eu gostaria de ter a liberdade de expor, com o mínimo de eqüidade em relação ao tempo dado às exposições oficiais, porque isso é um assunto absolutamente fundamental. Eu peço, por favor, que me dê cinco minutos para eu terminar o pensamento, porque se não, nós não vamos ter isso aqui que é um Conselho, que não é uma audiência nos moldes como vem sendo feita, e eu peço um pouquinho de atenção ao meu direito de manifestação.

O que eu quero chamar a atenção.

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR - SEC. MUN. PLANEJAMENTO: Que deve sempre observar também o que está estabelecido no Regimento, por favor. Nós temos que dar a palavra aos outros, eu peço para o senhor finalizar se possível em dois minutos.

CONSELHEIRO LUÍS CARLOS COSTA: Não, em cinco, por favor.

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR - SEC. MUN. PLANEJAMENTO: O tempo que nós estamos debatendo se são dois ou são cinco, o senhor pode usar.

CONSELHEIRO LUÍS CARLOS COSTA: Pois não, muito obrigado.

O que eu quero chamar a atenção é o seguinte: eu quero ter o direito, que todos os conselheiros também querem saber, como nós vamos discutir esse tema da reunião que é a proposta. Eu quero dizer que não me satisfaz há perspectiva de termos comentários sobre o conteúdo. Tivemos vários comentários na parte de transportes feitos pelo colega que eu acho do maior interesse, mas digamos que são aspectos parciais. Nós temos que achar uma maneira de conseguir dar conta da totalidade da proposta na sua precisão, na forma com que ela... E isto é o que nós não estamos tendo ainda. Então, vamos ver qual é...

Eu gostaria que a Mesa nos informasse ou fizesse algumas formas de entendimento, saber qual é a perspectiva que nós temos.

Uma coisa eu estou certo: Nós não vamos resolver nas duas ou três reuniões previstas aqui, não vamos ter condição para ter o debate com digna atenção e inteligência de todo mundo sobre todos esses temas. Por quê? Porque não temos a informação adequada para isso. Aquilo que foi apresentado pela Lucila é nesse sentido. Vamos ver o que é que está sendo proposto de diferente para gente ter essa calma, ponto por ponto, e eu poder e qualquer um poder afirmar ou demonstrar aquilo que tem sido a convicção de cada um sobre essas propostas.

Eu só vou terminar dizendo o seguinte: Todas as políticas habitacional, de transporte, ambiental etc, vão confluir para uma política imobiliária e urbanística. Nós não temos desta política, clareza da consistência das coisas. O que nós temos é uma apreensão que eu entendo justificada. Apreensão é a seguinte: Está permitindo que em inúmeras áreas, em uma grande parte de áreas da cidade, que agora foram aumentadas pelas novas AIU, nas várias AIU está se permitindo uma perspectiva de alcançar níveis de adensamento dos prédios que eu considero que, em muitos casos, pode ser catastrófica e comprometer toda a situação.

Ora, eu quero deixar claro o seguinte: Nós estamos diante de um problema nessa questão da política habitacional. Nós temos toda a área urbanizada da cidade consistentemente urbanizada, com equipamento e tal, é uma área enorme na qual eu entendo que é um destino da sociedade ocupar isso de maneira harmoniosa. Quer dizer, nós não vamos ter outra cidade, nós não vamos poder avançar para mais longe, nós temos é essa cidade que está aí. O problema é chegar nas regras do jogo. Essa cidade vai ter que conter os empreendimentos imobiliários que atendam todos os níveis de exigência do mercado e, ao mesmo tempo, vamos ter que conviver com uma população que está sendo cada dia mais expulsa para a sub-habitação e que tem o direito, terá o seu lugar dentro dessa área cujo equipamento, os seus antecessores, contribuiu com o trabalho de produção desse potencial construtivo que hoje é a cidade. Eu acho que a gente pode e deve caminhar no sentido de harmonização, de negociação entre os vários interesses para que não haja, para que cada

interessado não saia aloucadamente em função dos seus interesses pessoais à falta de outra coisa. É o problema das regras do condomínio que a Marta mencionou e outros aspectos.

Eu acho que isso é perfeitamente possível da gente conseguir, só que a gente, isto me parece que é evidente que precisa de um tempo, não de um tempo, de um programa de elaboração conjunta. Essa elaboração conjunta requerer um tempo, só por isso que a gente fala de tempo. Agora, vamos apresentar todas as propostas concretas não só de conteúdo, mas de processo para discutir cada uma dessas coisas. Só isso que eu quero. Muito obrigado.

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR - SEC. MUN. PLANEJAMENTO: Dr. Luis Carlos, só como comentário. Eu creio que também a crítica precisa ter um foco. Ora nós viemos aqui após uma apresentação, as críticas de que não se está muito macro e não se desse aos aspectos setoriais, ora nós ouvimos que está nos aspectos setoriais e não se vai para o aspecto macro. Eu acho que a crítica também precisa ter um pouco de foco. E de fato nós não vamos conseguir em tão pouco tempo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR - SEC. MUN. PLANEJAMENTO: Em tão pouco tempo, Dr. Luis Carlos.

ORADORA NÃO IDENTIFICADO: Eu não sou conselheira, eu faço parte dessa cidade como cidadã.

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR - SEC. MUN. PLANEJAMENTO: Como todos nós.

ORADORA NÃO IDENTIFICADO: Estou pedindo mais tempo para todo mundo. Tempo para a gente poder, enquanto cidadão, também...

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR - SEC. MUN. PLANEJAMENTO: Eu pediria à senhora, tem um conselheiro inscrito. Eu pediria à senhora que aguardasse um pouco. Só para completar, Dr. Luis Carlos, nós não vamos conseguir no tempo que temos, chegar de fato a um entendimento mais objetivo, se a cada reunião nós retomarmos temas que já debatemos, como essa questão da AIU. Já colocamos aqui, já negamos que essa posição exista e não... Desculpa, Dr. Luis Carlos, eu estou com a palavra agora. Da mesma forma que eu lhe ouvi respeitosamente, eu gostaria que o senhor me ouvisse. Não há uma colocação clara por parte dos conselheiros que sempre retomam esse debate de onde está escrito isso, me mostre. Nos mostre para que possamos avançar, certo? Porque não há, não há, já debatemos isso, não há e isso não está colocado.

Com relação à questão do tempo, o senhor sabe e nós sabemos também, que não era esse o tempo que nós gostaríamos. Nós gostaríamos de ter mais tempo. Agora o senhor também já foi agente público, nós somos agentes públicos e nós temos que cumprir a Lei. Tem uma Lei que nos dá um prazo, é isso que nós estamos fazendo. Nós não estamos atendendo como o senhor falou anteriormente, nenhum interesse econômico, nós estamos atendendo o interesse público, porque na hora que isso está escrito na Lei, cabe a nós cumprirmos como Agentes Públicos. Eu acho que o senhor entende isso, porque o senhor também já foi um agente público, aliás, exercendo com muita competência as suas funções. Eu passo a palavra ao conselheiro Mauro.

CONSELHEIRO MAURO FRIEDHOFER: Muito obrigado, Mauro novamente. Eu quero dizer a todos e, em especial, ao professor Carlos.

Eu ouço, lhe ouvi com muito respeito, respeito que o senhor merece, respeito todas as posições que o senhor e os demais membros do Instituto Pólis, da Defenda São Paulo, do Movimento dos Sem-Teto, eu os respeito todos, e as posições. Respeito as minhas também.

Eu quero deixar bem claro, bem transparente, um convite que eu faço e, em especial, professor, Lucila, Nelson e mais duas ou três pessoas para que possa ser produtivo, nos colocamos à disposição para fazer uma, duas, três, quantas Mesas redondas forem necessárias no endereço de comum acordo, não precisa ser ou na Associação, ou no Instituto, qualquer local é bom. E nós vamos começar, sem microfone, sem pedir a palavra, uma

reunião não plenária, uma reunião Executiva e começar a avançar nessas propostas. O que nós podemos construir, o que nós podemos encontrar de consenso? O que houver de dissenso, fica em destaque, fica em separado. O convite é claro, é transparente, é franco, não precisa me responder agora, mesmo porque nós temos que encerrar a reunião, mas o senhor está com o meu cartão, tem o meu *e-mail*, é muito fácil.

Eu pedia palavra, não foi só por causa da resposta, mas eu esqueci de complementar o Dr. Hélio pela brilhante apresentação. E o que chamou a atenção, chamaram a atenção dois quadros. Um deles, de fundamental importância que aqui acabou não sendo mencionado depois, é a influência do transporte automotivo de massa na cidade para efeito do aquecimento. O que nós precisamos, todo Plano Diretor que consiga reduzir a distância entre o local do trabalho e o local de moradia, reduzir o transporte de massa, é um Plano Diretor de sucesso. Em qualquer cidade do mundo. E nós estamos indo de encontro a isso. Quer dizer, não há, não está havendo a preocupação em reduzir aproximação, pelo menos eu não vi isso agora. Na nossa proposta tem, aonde existem moradias, nós temos que levar trabalho. Aonde existe trabalho, nós temos que trazer moradia. Se o trabalho está nas regiões mais adensadas, nós temos que conseguir uma equação que harmonize tudo isso, de tal forma que o transporte de massa venha a ser progressivamente reduzido.

Esse quadro eu achei muito interessante, Dr. Hélio, extremamente importante, depois eu gostaria até de ter acesso, guardar isso.

O segundo quadro que chamou a atenção, e é uma sugestão.

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR - SEC. MUN. PLANEJAMENTO: Eu pediria ao conselheiro com a palavra, eu pediria a atenção do Plenário, por favor.

CONSELHEIRO MAURO FRIEDHOFER: A segunda é uma sugestão, duas sugestões pequenas, simples, que não são questão de Plano Diretor, mas para o Executivo, que é o seguinte: Aquela foto que o senhor mostrou de um pequeno parque linear construído e o senhor falou que já está sendo feita a licitação. Eu acredito que dos 150 parques lineares, muitos deles, poderiam ser construídos não por licitação, mas por mutirão dos próprios moradores interessados com um custo muito mais baixo. Até remunerando, até remunerando, mas os próprios moradores, porque isso vai criar pertencimento, cidadania, isso vai tornar mais democrática a sociedade.

E a segunda idéia, eu tenho certeza que se gasta muito dinheiro, os condomínios já, os edifícios já existentes, eles gastam dinheiro que não é barato, não é pouco, para fazer, manter a impermeabilização das suas coberturas, custa caro fazer isso. E quando seca, dá vazamento, o apartamento de baixo tem que ficar pintando toda hora. Porque não, por sugestão, não por Lei, eu trabalharia com o público infantil, com a criançada, revistas da Editora Abril, coisa assim, plantar, como tem no Martinelli, não digo a floresta bonita até que tem no Martinelli, mas é esquisito, mas plantar.

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR - SEC. MUN. PLANEJAMENTO: Matarazzo.

CONSELHEIRO MAURO FRIEDHOFER: Matarazzo, perdão. Criar até hortas, criar jardins baixos, estimular não por Lei. Com isso, a gente consegue aumentar áreas verdes justamente nas ilhas de calor. Muito obrigado. E eu peço licença para me retirar que eu tenho um compromisso.

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR - SEC. MUN. PLANEJAMENTO: Agradeço a intervenção. Último conselheiro inscrito, o conselheiro Nelson.

CONSELHEIRO NELSON SAULE JUNIOR: Queria dizer que nós estamos abertos para qualquer conversa com a Associação Comercial. Eu acho que é importante o diálogo com os editores da sociedade civil.

Eu queria colocar o seguinte: Eu acho que nós estamos em uma etapa que nós temos, pelo que eu entendi, mais quatro reuniões aqui do Conselho, vai ser entregue o processo, o projeto de Lei do Plano Diretor em outubro como está previsto na Lei, enfim, esse é o trâmite que está tendo.

Eu só queria colocar uma ressalva no que o Secretário colocou agora quanto ao cumprimento da Lei. O que a Câmara Municipal aprovou é que até outubro se entregue à revisão do Plano Diretor, é isso que a Prefeitura está obrigada, o Plano Diretor Estratégico. A Lei de uso e ocupação do solo e os Planos Regionais não há nenhuma obrigatoriedade da Prefeitura entregar até 02 de outubro, se eu não me engano é essa data. Só para ficar claro o nosso posicionamento, é que nós continuamos entendendo que para uma perspectiva de discussão como o professor Costa colocou, seriedade, de contribuição da sociedade para as leis mais estratégicas da cidade de São Paulo, se faz um calendário adequado de discussão em cima até do que a Lei está determinando. Por isso que nós temos um posicionamento bem claro de discutir primeiro o Plano Diretor e, depois, as demais legislações e não discutir tudo junto como está ocorrendo nesse momento. Só para deixar clara a legalidade. Isso é um ponto.

A segunda é a questão da metodologia para as reuniões do Conselho. O que talvez o professor Costa colocou, acho que a exposição foi muito boa, foi pertinente, mas talvez o que pudesse ser pensado para as próximas reuniões que para mim não ficou claro, é se está sendo proposta alguma mudança com relação há tudo que foi colocado aqui, com relação à política ambiental no Plano Diretor. Para mim, ficou mais claro que um instrumento que não tem no Plano Diretor é esse do pagamento do serviço ambiental, por exemplo, esse não está no Plano Diretor, pelo que eu entendi, estaria sendo proposto de estar sendo colocado lá. Mas tudo bem.

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR - SEC. MUN. PLANEJAMENTO: Efeito estufa também não está, está sendo colocado.

CONSELHEIRO NELSON SAULE JUNIOR: Veja bem, de maneira alguma eu estou criticando a exposição.

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR - SEC. MUN. PLANEJAMENTO: Não, só estou esclarecendo.

CONSELHEIRO NELSON SAULE JUNIOR: O que eu estou colocando é, para as próximas reuniões, seria bom primeiro definir os temas para gente até poder também vir mais preparado para a reunião, nós conselheiros.

Segundo, que se apresente para os temas onde está sendo alterado, o que está sendo proposto de alteração e o que está sendo proposto de supressão, que para vocês que está bem claro, mas para mim, com essa exposição, não fica claro o que está sendo mudado, o que está sendo retirado. Essa é uma questão, é uma proposta que eu estou fazendo e definir também os temas.

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR - SEC. MUN. PLANEJAMENTO: No caso específico de Verde e Meio Ambiente, o senhor vai receber à tarde já.

CONSELHEIRO NELSON SAULE JUNIOR: Não, tudo bem. E eu proporia isso para as próximas reuniões, que eu acho que ajudaria bastante. E a definição dos temas também para a próxima reunião, já definir, para nós seria importante. Porque, por exemplo, da habitação, com certeza, vai ter muita gente interessada em vir aqui ouvir também, participar, se apropriar melhor.

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR - SEC. MUN. PLANEJAMENTO: Nós fazemos isso, agradeço as sugestões. Nós fazemos isso na medida do que é possível de compatibilidade de agendas, que nem sempre é fácil.

CONSELHEIRO NELSON SAULE JUNIOR: Não, não, tudo bem.

E a última coisa que eu queria entender como vai ser a metodologia do Conselho, até está na convocação das reuniões extraordinárias, que o Conselho, como a gente sabe, pelo próprio Plano Diretor, tem que emitir um parecer. Eu queria entender como é que vai funcionar esse procedimento. A Secretaria vai fazer um parecer e vai submeter aos conselheiros para poder se manifestar? Vai ter um documento escrito e nós podemos fazer sugestões, fazer propostas em cima do parecer? Eu queria entender como é que vai ser esse procedimento.

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR - SEC. MUN. PLANEJAMENTO: Eu acho que o fundamental agora, conselheiro, é recebermos as sugestões acerca da legislação que está submetida. Eu acho que ao longo desse processo, nós informaremos como faremos essa questão da emissão do parecer, está bom? Espero não passar do mês de agosto para que a gente possa efetivamente poder, tem que ver como já foi feito anteriormente, está sendo feito um levantamento para gente não infringir nenhuma regra.

Bom, não havendo mais conselheiros inscritos...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR - SEC. MUN. PLANEJAMENTO: Você queria falar? Desculpa, é que eu estava, como eu fiquei longe da Secretaria, eu estava controlando a inscrição aqui, não tinha. Mas, por favor, não serei eu lhe tomar a palavra. Mas queria já dado o adiantado da hora, a última conselheira, a última fala, fique à vontade. Não regulamos o tempo de ninguém, também não faremos com V. Exª.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas eu vou falar bem rápido. Sobre a questão de o plano ter, no nosso ponto de vista, um viés fortemente imobiliário, em primeiro lugar, nas definições, não tem o coeficiente máximo que antes tinha, que era quatro vezes a área do terreno. Nessa última versão ele foi retirado. Onde o coeficiente máximo da cidade aparece são nos artigos que fala da operação urbana consorciada que o coeficiente pode ser quatro, em algumas situações poderá ir a seis levados em consideração há área bruta da quadra, esse tipo de coisa.

De acordo com as apresentações e com o próprio texto do Plano Diretor que nos foi, do projeto de Lei de Plano Diretor que nos foi enviado, se nós sobrepusermos os mapas das operações urbanas cujas novas operações urbanas a serem implantadas tiverem os seus perímetros aumentados, mais o mapa das áreas de intervenções urbanas, que também tiveram sua relação e seus perímetros extremamente aumentados, levando-se em conta a novidade que foi introduzida, que é o sistema viário estratégico, os 1500 quilômetros que estão propostos para 2012 ou 2016, que ao longo desse sistema viário estratégico que é praticamente o município da cidade inteiro, principalmente zonas Norte, Oeste e Sul que pode fazer a operação, áreas de intervenção urbana, a 300 metros de cada lado, se nós sobrepusermos esses três mapas das AIUs, do sistema viário estratégico e das operações urbanas, praticamente em todo o território municipal nós vamos ter a possibilidade de se utilizar o coeficiente de aproveitamento quatro ou seis em algumas situações. Isso é fato, está lá escrito. E não tem nada que diga ao contrário, exceto que você não pode transferir potencial construtivo em zero, a única coisa.

Também se nós levarmos em consideração a possibilidade de transferência de potencial construtivo das áreas de preservação ambiental das EPECs, enfim, a possibilidade de aterrissar, digamos assim, o coeficiente de aproveitamento em determinadas áreas, é muito grande.

Esse, na realidade, é isso que nós entendemos que prevalece em relação a essa proposta. Vamos só apresentar sobreposição desses mapas, fica super claro para todo mundo que a cidade ela, o coeficiente dela passou a ser quatro para tudo e sem o que é pior, a correlata capacidade, informação da capacidade de suporte tanto em relação ao sistema viário, quanto em relação à questão ambiental, porque me parece que o viés desse Plano Diretor deveria ser um à questão da melhoria e do controle do meio ambiente face às questões de aumento da temperatura do planeta, esse é um; o segundo é o privilégio e o enfoque principal dos investimentos públicos na promoção de transporte coletivo; e o terceiro, condicionar o uso dos coeficientes máximos a muito poucas áreas da cidade, onde ela realmente tenha capacitação para superar isso; e não é isso que se vê nessa proposta, é justamente ao contrário. Eu quero deixar claro que eu estou me referindo à Lei 13.430, parte um, desse projeto de Lei. Obrigada.

[palmas]

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR - SEC. MUN. PLANEJAMENTO: Só como esclarecimento, conselheira, a Lei 13.430 definiu três operações urbanas. Pode não ter

colocado no mapa, mas definiu em perímetro. Nós estamos mantendo as mesmas três e criamos duas: Pólo logístico da Fernão Dias e da Amador Bueno são essas duas únicas áreas que excedem ao que estava na Lei anterior.

Com relação ao que diferencia esse plano que está em discussão do anterior, é que esse teve a coragem de colocar no mapa aquilo que estava escrito. Talvez tenha faltado isso no passado e as pessoas não perceberam. Nós estamos colocando.

Com relação ao coeficiente máximo, o inciso repete o que estava na Lei anterior, que era tratado na 13.885, inciso que define o coeficiente máximo e que só mudou a ordem do inciso.

Por isso que eu acho que nós temos que receber, eu queria muito reforçar isso, dizendo: "Está errado o inciso tal, o artigo tal", para que a gente pudesse...

FITA 3 - LADO A

Aqui se a senhora trabalhar com que V. Exª. recebeu por escrito neste Conselho, já está suficiente. Nós fazemos o resto. Ou o que está na Internet. Qualquer uma delas nós faremos o trabalho, o restante do trabalho, mas por favor, nos indique claramente onde está aquela observação, qual é o inciso, qual é o Art., para que a gente possa traduzir isso em uma mesma linguagem e chegar a uma compreensão. Nós não temos o mesmo entendimento que V. Exª., já tivemos a oportunidade de dizer isso várias vezes, mas vamos aprofundar essa discussão. Por favor, não nos interessa chegar a esse ponto que V.Exª. está colocando, como nós entendemos que não está colocado o projeto em discussão. Precisamos realmente compreender isso com clareza, que se nós estivermos errados, nós vamos corrigir. Espero que se V.Exª. estiver errada, V.Exª. também reconheça isso.

Não havendo mais conselheiros, eu vou encaminhando para o encerramento da reunião. Antes gostaria de informar os senhores conselheiros que conforme o nosso entendimento da reunião passada, cada conselheiro recebeu um parecer que foi publicado no Diário Oficial, se eu não me engano, em que nós estabelecemos a proposta de consulta desse Conselho, nós estabelecemos entendimento que o mandato dos conselheiros eleitos seria válido até 21 ou 22 de novembro desse ano. Todo mundo recebeu, não me lembro à data, eu acho que é esse o entendimento que se buscava naquele momento, era o que nós de fato conseguimos fazer chegar e temos também que proximamente nos debruçar sobre a questão da eleição dos novos conselheiros, eu gostaria de contar com a ajuda desse Conselho.

Eu indago ao Dr. Orlando, nosso vice-presidente a quem eu agradeço a presença, se quer dar algum esclarecimento.

ORLANDO ALMEIDA FILHO - SEC. MUN. HABITAÇÃO: Eu só queria aproveitar, dizer em homenagem aqui ao Dr. Hélio Neves, que o assunto tratado hoje com relação ao meio ambiente, o objetivo me parece é a preservação sem dúvida das áreas que trazem benefícios ambientais. O objeto seria valorizar as referidas áreas, propiciando agregar valor econômico o que foi retrato pelo uso e ocupação do solo pela legislação aprovada.

O instrumento que o Dr. Hélio indica é o PSA, é um novo instrumento urbanístico que se refere ao pagamento de serviço ambiental e como o Dr. Hélio declarou, é um documento que foi aqui trazido para que os conselheiros possam estudar o assunto e trazer colaborações.

Existem já benefícios que podem ser utilizados, parece que o IPTU já isenta aqueles que têm as áreas marcadas como proteção ambiental. Falou-se em transferência do potencial construtivo, que eu não acredito que seja uma medida adequada, porque na medida que terrenos já têm dificuldade em ser utilizado e ainda se prefere potencial construtivo, o imóvel será abandonado e sujeito à invasão. Eu acho que não é o instrumento adequado.

E nós temos já o termo de compensação ambiental. O termo de compensação ambiental é um instrumento que de forma extremamente inteligente esta Administração tem utilizado, inclusive, demonstrou aqui o parque linear ali da Raposo Tavares, Sapé, não é isso? Ele está sendo utilizado como operação de uma construtora que faz um prédio no *Brooklin* e que paga um termo de compensação ambiental, porque agride o meio ambiente de uma forma

ou de outra, e esse recurso está sendo utilizado para um outro bairro, em uma outra zona, e para, inclusive, trazer um benefício a uma favela existente no local.

Eu queria sugerir aqui, Dr. Hélio, em colaboração pela excelente apresentação e, inclusive, aproveitou para discorrer sobre o trabalho da Secretaria do Meio Ambiente com as demais Secretarias, principalmente o programa dos córregos, mas dizer que a minha sugestão é que se pensasse em um instrumento chamado crédito de carbono. Crédito, débito de carbono. Que seria o seguinte. Nós temos na cidade de São Paulo hoje uma cidade que é basicamente de serviços, de negócios e de eventos. E esses serviços, negócios e eventos, sem prejuízos, já olho aqui para o Mauro, sem prejuízo nenhum a que os eventos sejam realizados, mas para que os senhores tenham uma idéia, nós, na Secretaria de Habitação, temos um departamento que é o CONTRU, que é aquele que autoriza a realização dos eventos, é um setor extremamente profissional, especializado, aonde no CONTRU 2 que é o lugar de eventos, nós verificamos desde eventos com 70 mil pessoas, por exemplo, no Estádio do Morumbi até eventos menores, a partir de 100 pessoas nas Subprefeituras.

Esses eventos são realizados e o promotor do evento não paga nada para a cidade de São Paulo. Ele paga, por exemplo, se ele solicitar a intervenção da CET, antes não cobrava e hoje cobra. E é correto, na minha opinião cobrar, porque está sendo indicado exatamente para aquele evento. Então vai lá o CET, coloca os cavaletes, organiza o trânsito, coloca os seus veículos, coloca os seus agentes e é uma possibilidade de que o tráfego seja adequado não criando tumulto na região. Da mesma forma vai a Polícia Militar, da mesma forma vai a saúde.

O que eu proponho é que se estudasse, dependendo do evento, a forma que o evento será realizado, o prejuízo ambiental que pode ser medido da seguinte maneira: Ora, se não tivesse o evento no Morumbi, as pessoas não iriam de carro até o Morumbi. É possível saber quanto de desgaste ambiental, quanto de emissão de poluentes se faz em um evento dessa natureza.

Nesse evento, as pessoas consomem bebidas, às vezes, alcoólicas, às vezes, não, dependendo da faixa etária do evento. E as bebidas são consumidas em garrafas plásticas ou copos plásticos e isso também cria, vamos dizer assim, um problema ambiental, porque esse, há a necessidade de reciclagem, utilização desse material.

Eu queria sugerir aqui, em contribuição a essa palestra que o Dr. Hélio nos trouxe, esse assunto, porque me parece já vem sendo utilizado no mundo todo. No Brasil, nós temos florestas que são hoje já, vamos dizer assim, blindadas, consolidadas, não utilizadas onde empresas têm comprado o crédito de carbono em função da Convenção de *Kyoto*, e eu queria que esse instrumento, nós pudéssemos, todas as Secretarias, na medida em que há um determinado evento, um determinado empreendimento que possa trazer essa questão de prejuízo ambiental, que houvesse uma compra. E essa compra de carbono seria de quem? Exatamente daqueles proprietários que detêm as áreas. Se eu tenho 50 mil metros de ZEPAM e o coeficiente de aproveitamento é 0,20, a taxa de ocupação máxima é 15% ou 30%, que ele tivesse a possibilidade de anualmente, um cálculo que seria feito de forma adequada, receber por aquela área um retorno, para manter aquela área economicamente e isso fosse cobrado daqueles que estão agredindo o meio ambiente em função desses eventos.

Eu trago aqui essa sugestão. Peço licença aqui ao Presidente só para fazer um outro comentário e dizer que eu tenho certeza que este grupo que compõe o Conselho Municipal de Política Urbana, dividido em três grandes grupos que são os funcionários públicos que representam as Secretarias, aqueles que foram votados em suas regiões e aqueles que são convidados e que vêm dar organizar produtiva do meio acadêmico, das sociedades e associações que representam a cidade de São Paulo, têm, sem dúvida nenhuma, experiência e capacidade intelectual para discutir assuntos aqui extremamente importantes como foi discutido esse.

No entanto, de 48 conselheiros que somos, somente seis conselheiros falaram, e desses seis conselheiros que falaram, três falaram sobre o assunto. Os outros não se manifestaram de forma objetiva sobre o assunto.

Eu queria dizer que a Lei 13.430, que foi aprovada em 13 de setembro de 2002, ela trouxe a necessidade, depois de quatro anos, da revisão do Plano Diretor e a questão que o Dr. Saule coloca se é somente o Plano Diretor, se é o Plano Regional, se é Lei de uso, o Dr. Manuelito tem toda a condição de discorrer sobre o assunto, não foi dizer sobre ela, mas eu quero dizer que sobre foi discutida de forma correta, de forma honesta, Dr. Luis Carlos, de todos aqueles que discutiram. Nós fizemos na Prefeitura mais de 40 reuniões aonde participaram, a cada semana, a cada 15 dias no mínimo, o Secretário Luna do Planejamento, antecessor do Dr. Manuelito, participou o Dr. Luciano Arnaldo, da Infra-Estrutura Urbana; participou o Secretário Bussinger, dos Transportes; o Dr. Eduardo Jorge, da Secretaria do Meio Ambiente; o Dr. Andrea Matarazzo, das Subprefeituras e eu. Todos esses que citei, menos eu, com uma capacidade e o histórico e um currículo extraordinário de serviços prestados à cidade de São Paulo, ao Estado de São Paulo e quem sabe ao Brasil alguns deles.

Portanto, foram realizadas em SEMPLA mais de 40 reuniões e essas reuniões foram antecedidas de reuniões, como disse aqui, que não está mais presente o colega da Zona Leste, em reuniões em cada uma Subprefeituras, porque dessas reuniões, 31 foram apresentadas pelos Subprefeitos com uma equipe e baseados nas reuniões que as antecederam em cada uma das sede das Subprefeituras. Dizer que esse assunto não foi discutido, ele só não foi discutido por aqueles que não quiseram discutir, exatamente o que houve aqui hoje. Nós não tivemos nenhuma proposta ou alguma proposta, pudermos até aqui uma participação de pelo menos metade do Conselho, pelo menos 20 conselheiros estarem aqui se inscrevendo, falando, sugerindo, e não é o que está acontecendo, porque a oportunidade da discussão está sendo dada.

Eu queria dizer que já foi solicitada uma prorrogação à Câmara Municipal e que estabeleceu um novo prazo, e o Secretário, por Lei, tem que cumprir esse novo prazo.

Eu queria dizer que a Administração anterior discutiu, e o Dr. Nelson que trouxe subsídios sem dúvida para a Administração anterior em dois anos somente, nos anos de 2002 em diante ela discutiu o Plano Diretor, a Lei de uso, foram mais de 400 mapas, mais de dois mil artigos, mais de 400 quadros, salvo engano, e aprovou como um trator na Câmara Municipal e nós não estamos conseguindo em quatro anos, porque começamos desde o início, sequer fazer uma revisão do Plano Diretor. Eu até digo que a democracia... Um momentinho. A senhora não é conselheira, eu vou lhe dar a palavra se o Presidente permitir na hora adequada. A senhora, por favor, permita que eu conclua o meu raciocínio.

Eu queria dizer que esse plano foi extremamente discutido. Eu queria dizer que temos aqui à Mesa, além do Secretário Executivo André, nós temos a Nilza Antenor que participou da Administração anterior, ajudou a Administração anterior a elaborar a Lei existente e esta atual gestão entendendo nela uma profissional que se mostra e confirma de alto conhecimento técnico, ela continua ajudando e se destacando na execução da revisão da Lei.

O Prefeito Kassab foi buscar na academia, colega do Dr. Luis Carlos, Dr. Miguel Bucalem, que é considerado doutor em engenharia mais jovem da Universidade de São Paulo. E o Dr. Miguel Bucalem está aqui colaborando na execução em tempo integral cedido pela universidade para discutir o Plano Diretor Estratégico.

Eu peço a compreensão dos senhores e das senhoras conselheiros, que aproveitemos esses 60 dias restantes para entrega do Plano Diretor e, ao invés de utilizar o tempo de uma reunião dessa de forma adequada, de forma política para promoção pessoal e promoção de associações, por favor, que se atenham aos temas tratados e tragam colaborações. Muito obrigado.

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR - SEC. MUN. PLANEJAMENTO: Agradeço as palavras do nosso vice-presidente. Agradecendo também a presença de todos vocês, todos e de todas. Declaro encerrada a presente sessão, convocando para nova reunião extraordinária no próximo dia 24, às 10 horas, aqui mesmo. Muito obrigado.

[PALMAS]

São Paulo, 17 de agosto de 2007.

Presidente	Manuelito Pereira Magalhães Junior
Vice-Presidente	Orlando Almeida Filho
Secretário Executivo	André Luís Gonçalves Pina

Conselheiros

Macrorregião Oeste eleito	Lucila Falcão Pessoa Lacreta
Macrorregião Centro eleito	Mauro Friedhofer
Macrorregião Leste 2 eleito	Valter de Almeida Costa
Macrorregião Sul 1 eleito	Gerson Gomez
Macrorregião Sul 1 indicado	Luiz Fernando de Moraes Vecchia
Macrorregião Sul 2 indicado	Carlos Mitsuro Habe

A.M.A. Pacaembu, Perdizes e Higienópolis	Pedro Ernesto Francisco Py
FAU USP	Marta Dora Grostein
SINAENCO	João Antonio Del Nero
POLIS	Nelson Saule Júnior
Movimento Defenda São Paulo	Luís Carlos Costa

GABINETE DO PREFEITO	Miguel Luiz Bucalem
SGM	Luiz Laurent Bloch
SEMPLA	Nilza Maria Toledo Antenor
SNJ	Simone Fernandes Mattar
SMSP	Luís Américo Paraíso
SMT	Sérgio Rubens G. Rodrigues
SF	José Antonio Docampo
SVMA	Hélio Neves
SVMA	Alejandra Maria Devecchi
SES	Marcos de São Thiago Lopes
SMC	Mirthes Ivany Soares Baffi
SMC	Andréa de Oliveira Tourinho
EMURB	Luís Eduardo Surian Brettas
COHAB	Marcelo Schmidt Rehder

Sec. Est. Transportes Metropolitanos	Horácio Nelson Hasson Hirsch
Sec. Est. Energia Rec Hidr. Saneamento	Ricardo Guilherme Araújo

ANEXO 1

Carta 001/07–Representantes CMPU

São Paulo, 16 de agosto de 2007

Ilmo. Sr.
Dr. Manuelito Pereira Magalhães Jr.
DD. Presidente do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

Senhor Presidente:

Face à convocação desta presidência do CMPU através do Ofício 004/SEMPLA.CMPU/2007, de 07/08/07, para a participação das 5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Reuniões Extraordinárias deste Conselho, com o objetivo de debater as propostas de revisão do Plano Diretor Estratégico nos dias 17 e 24/08, bem como de emitir parecer sobre esta proposta nos dias 31/08, 05 e 06/09 do corrente ano, **solicitamos, com o propósito de conhecer não só o inteiro teor da proposta, assim como as premissas e justificativas que a embasaram, sem as quais torna-se impossível qualquer manifestação responsável como representantes dos cidadãos e da comunidade que:**

1- nos seja enviado o texto do projeto de lei da revisão do PDE tal como consta no *site* da SEMPLA na Internet, uma vez que notamos que há alterações na redação de alguns artigos, bem como a supressão de outros, em relação ao texto inicialmente distribuído aos Conselheiros, não sendo este exatamente fiel àquele hoje disponível no mencionado *site*;
2- nos sejam enviados os fundamentos, as justificativas, as análises e os cálculos que fundamentaram as novas propostas em relação ao PDE vigente, bem como suas justificativas;
3- nos sejam apontados – didática e claramente – quais foram as alterações ocorridas no texto do PDE vigente relacionadas com o texto do projeto de lei proposto, seja no tocante às suas alterações, exclusões ou acréscimos.

Desde já agradecemos,

Prof. Luiz Carlos Costa
Representante do Movimento Defenda São Paulo

Nelson Saule Júnior
Representante do Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Públicas e Sociais – POLIS

Prof. João Sette Whitaker Ferreira
Representante Universidade Presbiteriana Mackenzie

Lucila Falcão Pessoa Lacreta
Representante Eleita Macrorregião Oeste

Pedro Ernesto Francisco Py
Representante Suplente da Associação dos Moradores do Pacaembu, Perdizes e Higienópolis

ANEXO 2

MANIFESTO SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO DE SÃO PAULO

CONSIDERANDO que o município de São Paulo **está sob a vigência da Lei nº 13.430/2002 (Plano Diretor Estratégico – PDE)**,

CONSIDERANDO que esta Lei estabelece :
*"Art. **5º** - Este Plano Diretor Estratégico parte da realidade do Município e **tem como prazos**:*
*I - **2006 para o desenvolvimento** das ações estratégicas previstas**, proposição de ações para o próximo período** e **inclusão de novas áreas passíveis** de aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade;*
*II - **2012** para o cumprimento das diretrizes propostas",*
e
*"Art. **293** - O Executivo deverá encaminhar à Câmara Municipal o projeto de revisão do Plano Diretor Estratégico em **2006**, **adequando as ações estratégicas nele previstas e acrescentando áreas passíveis de aplicação dos instrumentos previstos** na Lei Federal nº 10.257/2001 **- Estatuto da Cidade**.*
*Parágrafo único - O Executivo coordenará e promoverá os estudos necessários para a revisão prevista no "caput" deste artigo". (**GN**)*

CONSIDERANDO que a Lei nº 14.457 de 29/06/2007, aprovada pela Câmara Municipal e promulgada pelo Exmo. Sr. Prefeito do Município de São Paulo determina :
"Art. 1º - O prazo previsto no art. 293 da Lei 13.430 de 13/09/2002, ...fica prorrogado até o dia 02/10/2007",

mantendo como referência, portanto, o art. 293 da Lei vigente,

CONSIDERANDO que o Poder Executivo, em sua convocação pública de 20/07/2007, para audiências públicas **a partir de 07 de agosto de 2007**, **não cumpriu as determinações legais acima**, na medida em que coloca em discussão uma única lei, onde junta duas leis, quais sejam: a) na sua Parte I – Plano Diretor Estratégico (lei 13.430/2002) e b) nas suas Parte II – Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras – PRE e Parte III – Disciplina de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo (lei 13.885/2004), **extrapolando assim, de muito**, os limites legais estabelecidos para a discussão,

CONSIDERANDO que, desta forma, o material que estará em discussão compreende na Parte I, **273** artigos, **11** mapas e **10** quadros, na Parte II, em média, **68** artigos, **7** mapas e **15** quadros, na Parte III, **301** artigos e **28** quadros, significando um enorme volume de informações a serem assimiladas e cruzadas,

CONSIDERANDO a **absoluta precariedade** de amplo acesso público às informações sobre os conteúdos a serem discutidos **a partir de 07 de agosto de 2007**, uma vez que elas foram disponibilizadas somente **em 20 de julho de 2007**, sem tempo para sua assimilação e **apenas pela Internet ou para consulta na SEMPLA e nas Subprefeituras**,

CONSIDERANDO que apenas uma consulta superficial de tal documentação, para quem pôde fazê-la, já evidencia tratar-se de **um novo plano**, o qual elimina dispositivos de importância, social inclusive, mostrando pouca ou nenhuma relação com o PDE vigente e sem este ter sido implementado,

CONSIDERANDO que não se percebe, nas propostas apresentadas, uma visão de fato estratégica para o desenvolvimento urbano do Município e sua indispensável conexão com a Região Metropolitana, tendo sido desmontadas a conceituação e estruturação da cidade em Macrozonas introduzida no atual PDE, retirando elementos vitais de preservação e proteção das áreas verdes e bairros estritamente residenciais e rebaixando significativamente as condições de atendimento à crítica situação da habitação de interesse social, entre outras questões, inclusive deixando sem regramento o coeficiente de aproveitamento máximo a ser utilizado na cidade, o qual, desde 1971, foi limitado a 4 vezes a área do terreno,

CONSIDERANDO o excessivo aumento dos perímetros das Operações Urbanas Estratégicas e a transformação **de quase todo o território Municipal** em Áreas de Intervenção Urbanas – AIUs,

CONSIDERANDO o que se propõe, de que as alterações de índices do zoneamento, nestas áreas, sejam decididas por **uma comissão do Executivo**, caso a caso, usurpando **inconstitucionalmente** poderes do Legislativo, o que resultará na

criação de um "**sobre-zoneamento**" na cidade, ficando a coletividade sujeita aos ditames de grupos de interesse, criando-se assim insegurança jurídica sobre o que, de fato, pode ou não ser construído na cidade,

CONSIDERANDO que a indispensável hierarquia e vigência no tempo do conjunto de normas para o desenvolvimento urbano, as **estratégicas** (PDE, de maior permanência) e as **operacionais e instrumentais** (ações estratégicas, uso e ocupação do solo, etc., passíveis de revisão em menor prazo), fica comprometida por completo, dados os conteúdos apresentados, uma vez que **é fundamental que a lei do PDE seja revista, aprovada e sancionada antes da dos PREs e Lei de parcelamento, uso e ocupação do solo, posto que qualquer alteração no seu conteúdo repercutirá nas demais,**

CONSIDERANDO que não foi disponibilizado nenhum estudo, análise, avaliação e respectivas justificativas para as mudanças propostas,

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal de Política Urbana, órgão cuja importância é fundamental para a apreciação da matéria, **não foi consultado**, inexistindo, portanto, debates consistentes sobre o conteúdo das propostas pelo Executivo, embora a imprensa tenha noticiado diversos encontros entre o Prefeito e os representantes do setor empresarial imobiliário, tendo por tema o PDE,

CONSIDERANDO que em 03/08/2007, através da Resolução nº 118/CADES/2007, o CADES - Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, aprovou - **por unanimidade** - MOÇÃO a ser enviada ao Sr. Prefeito e ao Secretário de SEMPLA, **solicitando a prorrogação por um ano do envio da revisão da lei do PDE (L. 13.430/2002) e dos PREs e LPUOS (L.13.885/2004) por seu texto não contextualizar as questões ambientais** que já vem sendo deterioradas e devem ser revertidas, face ao aquecimento global inclusive, com o objetivo de direcionar as políticas públicas,

CONSIDERANDO que o porte da população e da metrópole de São Paulo, com a importância econômico-social que tem e as contradições e desigualdades que abriga, não pode receber este tipo de tratamento, o **qual simula, mas não efetiva os preceitos da gestão democrática da cidade: ampla participação dos cidadãos na concepção do planejamento urbano, no acompanhamento de sua implementação e na redefinição de rumos que o interesse público vier a impor em benefício de uma vida melhor, mais generosa e solidária em nossa cidade,**

AS ENTIDADES ABAIXO RELACIONADAS, VÊM MANIFESTAR-SE PELA COMPLETA REFORMULAÇÃO DO PROCESSO DE DISCUSSÃO DE REVISÃO DO PDE, EXIGINDO QUE A LEI VIGENTE SEJA INTEGRALMENTE CUMPRIDA E QUE AS DISCUSSÕES SE FAÇAM COM O EFETIVO E PLENO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS PARA A

INDISPENSÁVEL PARTICIPAÇÃO POPULAR, SEM A QUAL NÃO HAVERÁ LEGITIMIDADE PARA AS DECISÕES QUE FOREM TOMADAS SEM ELA .

São Paulo, 17 de agosto de 2007

Movimento Defenda São Paulo - MDSP
Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais – POLIS
Associação Casa da Cidade
Coletivo de Entidades Ambientalistas do Estado de São Paulo cadastradas no CONSEMA – CEAC-CONSEMA
Coletivo de Entidades Ambientalistas do Município de São Paulo cadastradas no CONSEMA
Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental – PROAM
Central de Movimentos Populares – CMP
Movimento de Moradia do Centro
Fórum Centro Vivo
Campanha "Billings, Eu Te Quero Viva!"
Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da USP – SAJU/USP
Associação Amigos do Jardim das Bandeiras - AAJB
Vivo Pacaembu Por São Paulo
Associação dos Amigos do Alto de Pinheiros – SAAP

Associação dos Amigos e Moradores do Alto da Lapa e Bela Aliança – Assampalba
Associação dos Moradores do Pacaembu, Perdizes e Higienópolis - AMAPPH
Sociedade Amigos Cidade Jardim
Sociedade dos Amigos do Jardim Europa, Paulista e Paulistano - SAJEP
Associação dos Amigos e Moradores do Sumaré – SOMASU
Movimento Contra a Verticalização Desenfreada da Lapa - MOVER
Sociedade Amigos do Brooklin Novo – SABRON
Sociedade dos Amigos do Brooklin Velho – SABROVE
Associação de Segurança e Cidadania – ASSEC
Associação Moradores Jardim Christie
Amigos da Praça João Afonso de Castellana
Associação dos Moradores Amigos do Parque Previdência
Instituto de Políticas Públicas das Cidades – IPPC
Associação dos Moradores e Amigos de Vila Mariana – AMA-VM
Movimento de Moradia Cohab Raposo Tavares
Sociedade dos Moradores do Jardim França
Sociedade dos Moradores Butantã/Cidade Universitária
VIVA PARQUE – Movimento Comunitário para a Preservação do Residencial Parque Continental
Associação de Preservação do Cambuci e Vila Deodoro
União dos Movimentos de Moradia de São Paulo
Movimento Nossa São Paulo: Outra Cidade
Associação Cultural Ambiental e Urbanística Amigos Vila Primavera - AVIP
Associação dos Moradores da Vila Nova Conceição - AMVNC
GPME / 7 Praias
Sociedade Amigos do Planalto Paulista - SAPP
Associação Vila Deodoro
Associação Moradores Jardim da Saúde - AMJS
Movimento de Preservação Urbana do Campo Belo - MOVIBELO
Sociedade Amigos Vila Alexandria - SAMAVA
Sociedade E Moradores Jardim Aeroporto - SAMOJA